



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

FERNANDA DOS SANTOS POMPEO

**DESENVOLVIMENTO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE MARQUINHO E
PALMITAL, NO ESTADO DO PARANÁ**

LARANJEIRAS DO SUL

2019

FERNANDA DOS SANTOS POMPEO

**DESENVOLVIMENTO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE MARQUINHO E
PALMITAL, NO ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel

LARANJEIRAS DO SUL

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Pompeo, Fernanda dos Santos

Desenvolvimento rural nos municípios de Marquinho e
Palmital, no Estado do Paraná / Fernanda dos Santos
Pompeo. -- 2019.

104 f.

Orientadora: Dr^a Janete Stoffel.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul, PR , 2019.

1. Agricultura Familiar. 2. Desenvolvimento Rural e
Regional. 3. Municípios de Marquinho e Palmital. 4.
Dimensão Social. 5. Dimensão Econômica . I. Stoffel,
Janete, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

FERNANDA DOS SANTOS POMPEO

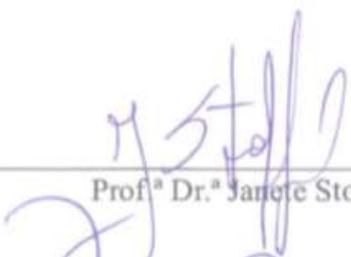
DESENVOLVIMENTO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE MARQUINHO E
PALMITAL, NO ESTADO DO PARANÁ

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau de
Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

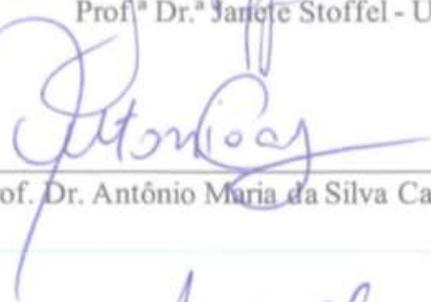
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Janete Stoffel

Este trabalho de conclusão de curso foi definido e aprovado pela banca em 12/12/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Janete Stoffel - UFFS



Prof. Dr. Antônio Maria da Silva Carpes - UFFS



Prof. Mg. Anderson Sartorelli - UFFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar esse momento único na minha vida e por ter essa oportunidade que poucos tem. Além de agradecer a todos que me acompanharam nesta jornada de estudos na Universidade, principalmente aos meus colegas e amigos pelo apoio, com momentos de descontração nas viagens feitas, em sala e em momentos informais.

Agradeço a minha família por me apoiarem e me incentivarem aos estudos, aos meus pais por estarem sempre presentes nos momentos bons e ruins, aos meus irmãos e irmã por me apoiarem. Aos familiares que de alguma forma me ajudaram neste momento de estudos na universidade.

Em especial a professora Dr.^a Janete Stoffel, que sem ela não seria possível desenvolver meu estudo sobre o tema analisado. Deixando assim, em mim um grande orgulho de ser orientanda, me fazendo perceber como o contexto do desenvolvimento e outros temas são importantes para economia, além, de me ajudar como pessoa para o meu desenvolvimento.

Por fim, agradeço aos professores que de alguma forma contribuíram para o meu tema, e todas as instituições principalmente as públicas que sem elas não seria possível desenvolver o trabalho, e proporcionando também minha formação no curso de Ciências Econômicas.

RESUMO

O tema da pesquisa refere-se ao desenvolvimento rural nos Municípios de Marquinho e Palmital, no Estado do Paraná. O problema norteador da pesquisa consiste em buscar responder à seguinte indagação: como os municípios de Marquinho e Palmital, no Estado do Paraná, estão caracterizados em termos de desenvolvimento rural? sabendo-se que são locais nos quais a agricultura familiar é predominante ao menos em número de estabelecimentos e valor bruto da produção. A análise dos dados a partir de 2000. O objetivo geral é analisar o desenvolvimento rural nos Municípios de Marquinho e Palmital, buscando estabelecer relações deste desenvolvimento com a agricultura familiar ali existente. Para alcançar o objetivo geral este foi desdobrado em objetivos específicos, os quais são os seguintes: a) Conceituar desenvolvimento rural e o papel da agricultura familiar em municípios com elevadas taxas de população rural; b) Caracterizar o desenvolvimento rural de Marquinho e Palmital por meio de dados secundários; c) Analisar a evolução de indicadores socioeconômicos nos municípios de Marquinho e Palmital, buscando avaliar se estes se comportaram a promover desenvolvimento rural. Com o uso de método científico, método qualitativo e quantitativo, além de uma pesquisa exploratória e bibliográfica sendo desenvolvida principalmente no referencial teórico. O uso de dados secundários no desenvolvimento da pesquisa principalmente nos resultados e discussões. Para responder ao problema proposto, primeiramente, explanou-se sobre o desenvolvimento rural e regional. Em seguida explanou-se sobre a agricultura familiar e, por fim, procurou-se abordar a importância do diagnóstico e planejamento para o desenvolvimento de municípios, além de identificar argumentos com o apoio para a agricultura familiar, considerando o papel no desenvolvimento nos municípios analisados. Sendo que Marquinho tem 89,48% da população no meio rural no período de 2010, sendo que há uma representatividade de agricultores familiares de 74,62% em 2017, os agricultores familiares no período de 2013 a 2018 somaram na aquisição do Pronaf de 687 contratos faz com que tenha incentivos para a produção agropecuária e também para aperfeiçoamento da produção. Já Palmital tem uma população que vive no meio rural de 50,2% no período de 2010, além de serem a maioria agricultores familiares com 79,5% de estabelecimentos agropecuários, os agricultores familiares representam na aquisição do Pronaf no período de 2013 a 2018 com 1776 contratos representando uma procura para melhoramento da produção. Mas com desigualdades na área ocupada por estabelecimentos agropecuários.

Palavras-chaves: Agricultura. Familiar. Estabelecimentos. Meio Rural.

ABSTRACT

The research theme refers to countryside development in the municipalities of Marquinho and Palmital, in the state of Paraná. The guiding problem of the research is to seek to answer the following question: How are the municipalities of Marquinho and Palmital, in the state of Paraná, characterized in terms of countryside development? knowing that they are places where family farming predominates at least in number of establishments and gross value of production. Data analysis from 2000. The general objective is to analyze countryside development in the municipalities of Marquinho and Palmital, seeking to establish relations of this development with family farming there. To achieve the overall objective it has been broken down into specific objectives, which are as follows: a) Conceptualizing countryside development and the role of family farming in municipalities with high rates of countryside population; b) Characterize the countryside development of Marquinho and Palmital through secondary data; c) To analyze the evolution of socioeconomic indicators in the municipalities of Marquinho and Palmital, seeking to evaluate if they behaved to promote countryside development. With the use of scientific method, qualitative and quantitative method, in addition to an exploratory and bibliographical research being developed mainly in the theoretical framework. The use of secondary data in research development mainly in the results and discussions. In order to respond to the proposed problem, it was first explained about countryside and regional development. After that, it was explained about the family agriculture and, finally, it tried to approach the importance of the diagnosis and planning for the development of municipalities, besides identifying arguments with the support for the family agriculture, considering the role in the development in the analyzed municipalities. Since Marquinho has 89.48% of the population in countryside areas in 2010, and there is a representation of family farmers of 74.62% in 2017, family farmers in the period from 2013 to 2018 added in the acquisition of Pronaf 687 contracts makes it have incentives for agricultural production and also for production improvement. Already Palmital has a population living in countryside areas of 50.2% in the period of 2010, besides being mostly family farmers with 79.5% of agricultural establishments, family farmers represent in the acquisition of Pronaf from 2013 to 2018 with 1776 contracts represented a demand for production improvement. But with inequalities in the area occupied by agricultural establishments.

Keywords: Agriculture. Familiar. Establishments. Countryside.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Mapa 1 - Localização de Marquinho (12) no Território da Cantuquiriguaçu em 2016.	20
Mapa 2 - Localização de Palmital no Território Paraná Centro em 2011.	21
Gráfico 1 - Salário médio pago no município de Marquinho no período de 2006 a 2017 (em valores (R\$) atualizados para 2018)	54
Gráfico 2 - Salário médio recebido pelo pessoal ocupado assalariado no município de Palmital, no período de 2006 a 2017 em valores (R\$) atualizados em 2018	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População, município de Marquinho, 2000 e 2010	38
Tabela 2 - Número de estabelecimentos e área ocupada no meio rural do Município de Marquinho, entre agricultores familiares e não familiares, 2006 e 2017	39
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano, município de Marquinho, 1991, 2000 e 2010	41
Tabela 4 - Índice de desigualdade, município de Marquinho, 2003	42
Tabela 5 - Escolas, município de Marquinho, 2005 a 2018	43
Tabela 6 - Professores nas escolas, município de Marquinho, 2005 a 2018	44
Tabela 7 - Matrícula de alunos nas escolas, município de Marquinho, 2005 a 2018	44
Tabela 8 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, município de Marquinho, 2005 a 2017	45
Tabela 9 - Beneficiados com o bolsa família, município de Marquinho, 2013, 2016 e 2018 ..	45
Tabela 10 - PIB série revisada (em valores atualizados para o ano de 2018), município de Marquinho, 2010 a 2016 (em milhões de R\$)	47
Tabela 11 - Produção agrícola permanente, em toneladas, município Marquinho, 2004 a 2017	48
Tabela 12 - Produção agrícola temporária, em toneladas, município de Marquinho, 2004 a 2017	49
Tabela 13 - Efetivos da Pecuária (em número de unidades e kg para mel de abelha), município de Marquinho, 2004 a 2017	49
Tabela 14 - Características de produção na pecuária, município de Marquinho, 2011 a 2017 (em kg, casulos e litros)	50
Tabela 15 - Quantidade e valor da produção na extração vegetal, município de Marquinho, 2004 a 2017.....	51
Tabela 16 - Contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), município de Marquinho, 2012, 2013 a 2018	52
Tabela 17 - Empresas cadastradas, pessoas ocupadas, e remunerações (em R\$ atualizados para 2018) no município de Marquinho, 2006 a 2017	53
Tabela 18 - Fundações e entidades, município de Marquinho, 2010 e 2016.....	55
Tabela 19 - Características do domicílio, município de Marquinho, 2010	56
Tabela 20 - Frota de veículos, município de Marquinho, 2006 a 2018	57

Tabela 21 - Receitas orçamentárias, município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)	58
Tabela 22 - Despesas orçamentárias, município de Marquinho, 2009 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)	59
Tabela 23 - Impostos arrecadados, município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)	60
Tabela 24 - Fundo de participação do Município, município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)	61
Tabela 25 - Impostos repassados pelo Estado, município de Marquinho, 2006 a 2018 (em R\$ atualizados para 2018)	61
Tabela 26 - Repasses da União e Unidade da Federação ao município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)	62
Tabela 27 - Transferências e patrimonial, município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)	63
Tabela 28 - População, município de Palmital, 2000 e 2010	64
Tabela 29 – Número de estabelecimentos e área ocupada no meio rural do Município de Palmital, entre agricultores familiares e não familiares, 2006 e 2017	65
Tabela 30 - Índice de Desenvolvimento Humano, município de Palmital, 1991, 2000 e 2010	66
Tabela 31 - Índice de desigualdade, município de Palmital, 2003	67
Tabela 32 - Escolas, município de Palmital, 2005 a 2018	68
Tabela 33 - Professores nas escolas, município de Palmital, 2005 a 2018	69
Tabela 34 - Matrículas de alunos nas escolas, município de Palmital, 2005 a 2018	70
Tabela 35 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, município de Palmital, 2005 a 2017	71
Tabela 36 - Beneficiados com o bolsa família, município de Palmital, 2013, 2016 e 2018	72
Tabela 37 - PIB série revisada (em valores atualizados para o ano de 2018), município de Palmital, 2010 a 2016 (em milhões de R\$).....	73
Tabela 38 - Produção agrícola permanente, em toneladas, município de Palmital, 2004 a 2018	74
Tabela 39 - Produção agrícola temporária em toneladas, município de Palmital, 2004 a 2018	75
Tabela 40 - Efetivos da Pecuária (em número de unidades e kg para mel de abelha), município de Palmital, 2004 a 2017	76

Tabela 41 - Características de produção na pecuária, município de Palmital, 2012 a 2017 (em kg, casulos e litros)	77
Tabela 42 - Quantidade e valor da produção na extração vegetal, município de Palmital, 2004 a 2017.....	78
Tabela 43 - Número de Contratos e valores contratados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na opção custeio, em Palmital, 2012, 2013 a 2018 (em valores atualizados para 2018).....	79
Tabela 44 - Empresas cadastradas, pessoas ocupadas, e remunerações (em R\$ atualizados para 2018) no município de Palmital, 2006 a 2017	80
Tabela 45 - Fundações e entidades, município de Palmital, 2010 e 2016	82
Tabela 46 - Características do domicílio, município de Palmital, 2010	83
Tabela 47 - Frota de veículos, município de Palmital, 2006 a 2018	84
Tabela 48 - Agências financeiras e movimentações realizadas em Palmital de 2006 a 2018 (em valores atualizados para 2018)	85
Tabela 49 - Receitas orçamentárias anuais, município de Palmital, 2005 a 2017 (valores x 1000, valores atualizados para 2018).....	86
Tabela 50 - Despesas orçamentárias anuais, município de Palmital, 2009 a 2017 (valores x 1000, valores atualizados em 2018).....	87
Tabela 51 - Impostos arrecadados, município de Palmital, 2005 a 2017 (valores x 1000, valores; atualizados em 2018)	88
Tabela 52 - Fundo de participação do Município, município de Palmital, 2006 a 2017(valores x 1000, atualizados para 2018)	89
Tabela 53 - Impostos repassados pelo Estado ao município de Palmital, 2006 a 2018 (valores x 1000, valores atualizados em 2018).....	89
Tabela 54 - Repasses da União e Unidade da Federação ao município, município de Palmital, 2005 a 2017 (valores x 1000, valores atualizados em 2018).....	90
Tabela 55 - Transferências e patrimonial, município de Palmital, 2005 a 2017 (valores x 1000, valores atualizados em 2018).....	91

LISTA DE SIGLAS

DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIAF	Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA	18
2.1	TIPO DE PESQUISA	18
2.2	UNIVERSO E AMOSTRA	19
2.3	COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	21
2.4	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	22
3	DESENVOLVIMENTO RURAL EM MUNICÍPIOS COM ELEVADAS TAXAS DE POPULAÇÃO RURAL	23
3.1	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E RURAL.....	23
3.2	AGRICULTURA FAMILIAR.....	29
3.3	DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS.....	32
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
4.1	MUNICÍPIO DE MARQUINHO.....	37
4.1.1	DIMENSÃO SOCIAL	37
4.1.2	DIMENSÃO ECONÔMICA	46
4.2	MUNICÍPIO DE PALMITAL	63
4.2.1	DIMENSÃO SOCIAL	64
4.2.2	DIMENSÃO ECONÔMICA	73
4.3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma região proporciona crescimento econômico e social, beneficiando os indivíduos que vivem neste local. Com base neste pressuposto, o trabalho de pesquisa aqui apresentado tem como foco observar, a partir de dados socioeconômicos, o desenvolvimento rural nos municípios de Marquinho e Palmital, no Estado do Paraná. Cabe destacar que estes são municípios com elevados percentuais de população rural e com presença importante de agricultores familiares no meio campo. A análise do desenvolvimento rural é realizada com a utilização de um diagnóstico sobre estes municípios, para então apontar as condições atuais destes locais.

O município de Marquinho faz parte da região que foi denominada como Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, constituído em 2008 no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, cujo objetivo era promover um desenvolvimento mais sustentável e garantir direitos sociais, a fim de proporcionar maior equidade em regiões com históricos de problemas sociais e econômicos (MDA, 2008). Palmital pertence à região do Território da Cidadania Paraná Centro (MDA, 2017).

Os Territórios da Cidadania surgiram com o intuito de promover desenvolvimento sustentável e proporcionar direitos sociais para as regiões mais carentes do Brasil, com o objetivo de promover desenvolvimento econômico por meio de incentivo aos programas voltados à cidadania. No início do programa (em 2008) foram organizadas 60 regiões distribuídas pelo país, sendo estas escolhidas a partir de semelhanças entre as características ambientais, culturais e econômicas dos municípios. Além de uma prevalência rural, as regiões apresentavam carências e pobreza também no espaço urbano (MDA, 2008)¹.

O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu constitui-se de 20 municípios, estando a região localizada no Terceiro Planalto Paranaense com uma extensão territorial de 13.947,73 km², rodeada por regiões como Cascavel, União da Vitória e Território da Cidadania Paraná Centro. O Território Paraná Centro-PR, por sua vez, é composto por 18 municípios, com uma área de 14.251,03 km², situada no Terceiro Planalto Paranaense e faz divisa com o território da Cantuquiriguaçu, com as regiões do Vale do Ivaí, Centro-sul, Campo Morão e Caminhos do Tibagi (IPARDES, 2007).

¹ Cabe destacar que apesar de apresentar propostas muito importantes e necessárias para as regiões, tanto os Territórios Rurais quanto os Territórios da Cidadania foram descontinuados na medida em que houve mudanças de governos. Ainda assim, neste trabalho a opção foi trabalhar com a regionalização deste último Programa.

Na constituição dos Territórios da Cidadania uma das características observada era a presença da agricultura familiar, compreendendo que esta é importante para o desenvolvimento de uma região. Esta compreensão parte do princípio de que estes agricultores contribuem para a produção de alimentos, para a geração de trabalho e renda e exercem um papel relevante no crescimento econômico e bem-estar social da região. Neste sentido, em relação aos municípios de Marquinho e Palmital, nos dados do censo agropecuário de 2006 a agricultura familiar produzia, respectivamente, 72% e 75% do valor bruto da produção agropecuária (STOFFEL, 2013).

Nesta direção, Gasques, Navarro et al, (2010) mencionam que a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento de uma região parte tanto de aspectos econômicos quanto sociais, pois proporciona incentivos para o crescimento, principalmente daquelas consideradas rurais. Salientam que na metade dos anos 1990, a agricultura familiar ganhou espaço na agenda nacional e no cenário político brasileiro. Os autores ressaltam ainda a importância da agricultura familiar no país por ser responsável pela maior parte da produção de alimentos.

A agricultura familiar se caracteriza com outras definições durante os períodos do desenvolvimento da agricultura, de acordo com Stoffel (2013, p. 28) “Há disputas de espaço com categorias sociais como: camponês, colono, pequeno produtor/proprietário, exploração familiar, produtor familiar”. Tal importância se deve às diferentes concepções teóricas, bem como ao período histórico em que são apresentadas.

A denominação de colono surgiu principalmente na região sul do Brasil quando houve a imigração europeia, na atualidade há ainda agricultores que se denominam colono, mas pode considerar que o colono antigo se tornou o novo agricultor familiar. O camponês por sua vez surge principalmente com estudiosos como Marx e Chayanov, em que o modo de produção se caracteriza principalmente pela produção de autoconsumo. A definição de pequeno produtor foi utilizada no Brasil a partir da década de 1970, procurando estabelecer um contraponto ao grande produtor, sendo suas características vinculadas ao tamanho da área ocupada e produção. A designação agricultura familiar se destaca, principalmente, após a década de 1990, a partir de movimentos de agricultores e com o Tratado de Assunção a partir do qual passou a existir o Mercosul (Mercado Comum do Sul) em 1991, e passou a ter algumas ações voltadas para a agricultura familiar tais como a constituição do PRONAF (STOFFEL, 2013).

Considerando que no município de Marquinho a população rural, com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 (IBGE, 2019), corresponde a 89% da população total e em Palmital este percentual é de 50,2%, o resultado nestes locais é a forte participação de

atividades agrícolas em sua base econômica. Assim, neste estudo o objetivo é analisar o desenvolvimento rural nos Municípios de Marquinho e Palmital, buscando estabelecer relações deste desenvolvimento com a agricultura familiar ali existente. Neste sentido os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) apontam que em Marquinho, 74,6% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar, e em Palmital são 79,51%.

Os agricultores são considerados agricultores familiares, para fins deste estudo, aqueles caracterizados pela Lei 11326/06 (2019) (que regulamenta o Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como: a) produtores cuja atividade seja executada em área de até quatro módulos fiscais; b) que utilizem predominantemente mão de obra familiar nas atividades produtivas exercidas no estabelecimento; c) cuja renda seja oriunda, principalmente, do estabelecimento; d) onde o proprietário dirija o estabelecimento em conjunto com sua família.

Em termos de desenvolvimento considerando bem-estar, um dos idealizadores do desenvolvimento como liberdade e o bem-estar social é Sen (2000). Segundo o autor a sociedade tem um papel importante na geração de riqueza de um país, por isso avança com o crescimento de uma economia e do avanço nos níveis de renda nacional bruta per capita, expectativa de vida e nível de escolaridade.

De acordo com Sen (2000) o desenvolvimento vai além do acúmulo de fortuna e outras formas de crescimento da economia. O desenvolvimento como liberdade em uma sociedade, parte do acesso aos direitos básicos que os indivíduos podem ter como saúde, educação, alimentação. Há privações que impedem o desenvolvimento equitativo, tais como a pobreza, falta saneamento básico, falta de alimentação e falta de acesso à educação.

Assim, tendo como ponto de partida a hipótese de que uma maior participação da agricultura familiar na economia de um município resulta em maior nível de desenvolvimento, este estudo busca diagnosticar os municípios de Marquinho e Palmital no Estado do Paraná. A intenção, e conseqüentemente o tema que norteia esta pesquisa é efetuar uma análise do desenvolvimento rural nestes Municípios buscando relacionar este com a predominância de agricultores familiares no meio rural destes municípios.

Alinhado com a temática já apresentada, o problema de pesquisa que norteia esta pesquisa consiste em buscar responder à seguinte indagação: como os municípios de Marquinho e Palmital, no Estado do Paraná, estão caracterizados em termos de desenvolvimento rural? Sabendo-se que são locais nos quais a agricultura familiar é predominante ao menos em número de estabelecimentos e valor bruto da produção.

O caminho que será percorrido para buscar responder ao problema de pesquisa buscará alcançar enquanto objetivo geral analisar o desenvolvimento rural nos Municípios de Marquinho e Palmital, buscando estabelecer relações deste desenvolvimento com a agricultura familiar ali existente. Para alcançar o objetivo geral este foi desdobrado em objetivos específicos, os quais são os seguintes: a) Conceituar desenvolvimento rural e o papel da agricultura familiar em municípios com elevadas taxas de população rural; b) Caracterizar o desenvolvimento rural de Marquinho e Palmital por meio de dados secundários; c) Analisar a evolução de indicadores socioeconômicos nos municípios de Marquinho e Palmital, buscando avaliar se estes se comportaram a promover desenvolvimento rural.

A escolha dos municípios foi efetuada, pois Marquinho está entre as regiões mais carentes do estado do Paraná e é o município de origem da autora deste trabalho, sendo o município pertencente à região do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu. A escolha de Palmital ocorreu por ser limítrofe com Marquinho, e pertencer à região do Território da Cidadania Paraná Centro, permitindo a elaboração do estudo entre os dois locais. Aliado a estes aspectos, chamou atenção a participação da agricultura familiar no valor bruto da produção (VBP) agropecuária na pesquisa de Stoffel (2013), segundo a qual dentre uma amostra de 21 municípios², os municípios de Marquinho e Palmital estão no grupo em que a agricultura familiar respondeu por maiores percentuais de participação no VBP. Na referida pesquisa, além dos dois municípios em estudo, apareceram ainda Rio Bonito do Iguaçu e Três Barras do Paraná, que a partir dos dados do censo agropecuário de 2006 tinham mais de 70% do VBP da agropecuária oriundo da agricultura familiar.

Em relação ao Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, este enfrenta dificuldades que podem ser consideradas em um estudo mais profundo no município de Marquinho por fazer parte do território. No ano de 2000 a taxa de pobreza neste território era de 41,9%, enquanto a média no Estado do Paraná era de 20,9% (IPARDES, 2007). Para Canquerino, Nunes e Carpes (2015) a região contribui pouco economicamente para o estado, mas destaca a agropecuária como sendo a principal atividade econômica do território. No caso do Paraná Centro, Favaro (2014) argumenta que o Território se destaca, principalmente, no setor primário. O baixo nível de desenvolvimento no Território Paraná Centro, é decorrente das altas taxas de pobreza, correspondentes a 36,8% em 2000.

² A partir do estudo foi constatado que nos municípios de Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Foz do Jordão, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Quedas do Iguaçu e Reserva do Iguaçu a agricultura familiar respondia por menos de 50% do VBP agropecuário em 2006. Já na faixa acima de 50% até 70% estavam os municípios de Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro e Virmond (STOFFEL, 2013).

Acredita-se que esta pesquisa é de suma importância, pois o diagnóstico dos municípios apontará as condições nas quais se encontra o desenvolvimento rural nestes locais. Com uma análise especial da agricultura familiar, pretende-se fornecer uma leitura sobre como estão as condições do município no que tange ao desenvolvimento promovido pela agricultura familiar.

Pretende-se que esta pesquisa estimule outros estudos sobre os municípios da região, apontado uma possível adoção de políticas públicas de incentivos para que se desenvolvam o meio rural e o urbano. Que isso possa acontecer via melhorias nos indicadores de saúde, educação, ambiental, valorizando a atuação da agricultura familiar existente na região.

Em relação à estruturação do projeto, após esta introdução, é apresentada a metodologia, com destaque para os métodos utilizados para a elaboração da pesquisa, bem como informações sobre a coleta e análise dos dados pesquisados. Estes com a finalidade de analisar o desenvolvimento rural nos municípios de Marquinho e Palmital, identificando possíveis relações entre as variáveis utilizadas e a participação da agricultura familiar. Na terceira seção deste projeto são apresentadas as bases teóricas que fundamentam o estudo, seguidas pelo capítulo em que são apresentados os resultados e as discussões da pesquisa. Em seguida constam as considerações finais e por fim as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração desta pesquisa.

2 METODOLOGIA

A definição da metodologia a ser utilizada na pesquisa, proporciona uma orientação para o estudo, pois a partir dos métodos que serão usados para a realização da pesquisa pode se esperar que se alcancem os objetivos estabelecidos. Assim, esta seção está dividida em quatro partes, sendo elas: a apresentação do tipo de pesquisa que foi realizado, o universo e amostra pesquisados, como foram realizados a coleta e tratamento de dados e por fim as limitações com as quais a pesquisadora se deparou durante o estudo.

2.1 TIPO DE PESQUISA

Os métodos científicos são importantes para a pesquisa, pois ajudam a delimitar o estudo, contribuindo para ser mais preciso o resultado condizente com o objetivo. Gil (1995) destaca que a pesquisa científica pode ser técnica e lógica, se adequando melhor a cada estudo. O autor ressalta que o estudo empírico parte de uma análise de experimentação e observação.

Quando usado um conjunto de métodos há uma segurança maior permitindo alcançar os objetivos propostos. Lakatos e Marconi (2010) consideram que o conhecimento e suas explicações surgiram em uma época em que o caráter religioso era o que determinava as explicações sobre as coisas, após isso começaram estudos mais aprofundados sobre o conhecimento, levando a novos métodos de estudos e explicações.

O trabalho se inicia com a pesquisa bibliográfica na elaboração do referencial teórico com a utilização de fontes bibliográficas como livros, dissertações, teses e artigos científicos. Em seguida utilizou-se do levantamento de dados secundários disponíveis em sites referentes aos municípios como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), site da Prefeitura municipal de ambos os municípios, Portal da Transparência, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Banco Central, SIAF (Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro) e IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Trata-se também de uma pesquisa exploratória, uma vez que é usada com a finalidade de obter respostas sobre o objetivo principal, podendo ser desenvolvidas pesquisas bibliográficas e coleta de dados secundários. O método exploratório tem um papel importante no desenvolvimento do trabalho para o referencial teórico, e no resultado e discussão, com a utilização de fontes e dados secundários (GIL, 2008).

No que tange à análise dos dados secundários, foi utilizado o método observacional, usado para observar o cenário estudado tanto no passado quanto o que está acontecendo na atualidade (GIL, 2008).

Os dados secundários obtidos foram analisados com a utilização da estatística descritiva, com a utilização de médias e valores relativos para fins comparativos nos períodos de tempo para os quais os dados estão disponíveis bem como permitindo comparar os dois municípios. As informações estão apresentadas em gráficos e tabelas.

Além de utilizar-se da perspectiva quantitativa, o estudo também utiliza a perspectiva qualitativa. O qual segundo Bêni et al (2002) parte de um estudo vinculado com teorias e não só partindo da lógica da análise, pois os dados são considerados não tão confiáveis e partem de um entendimento melhor sobre as dimensões que são estudadas.

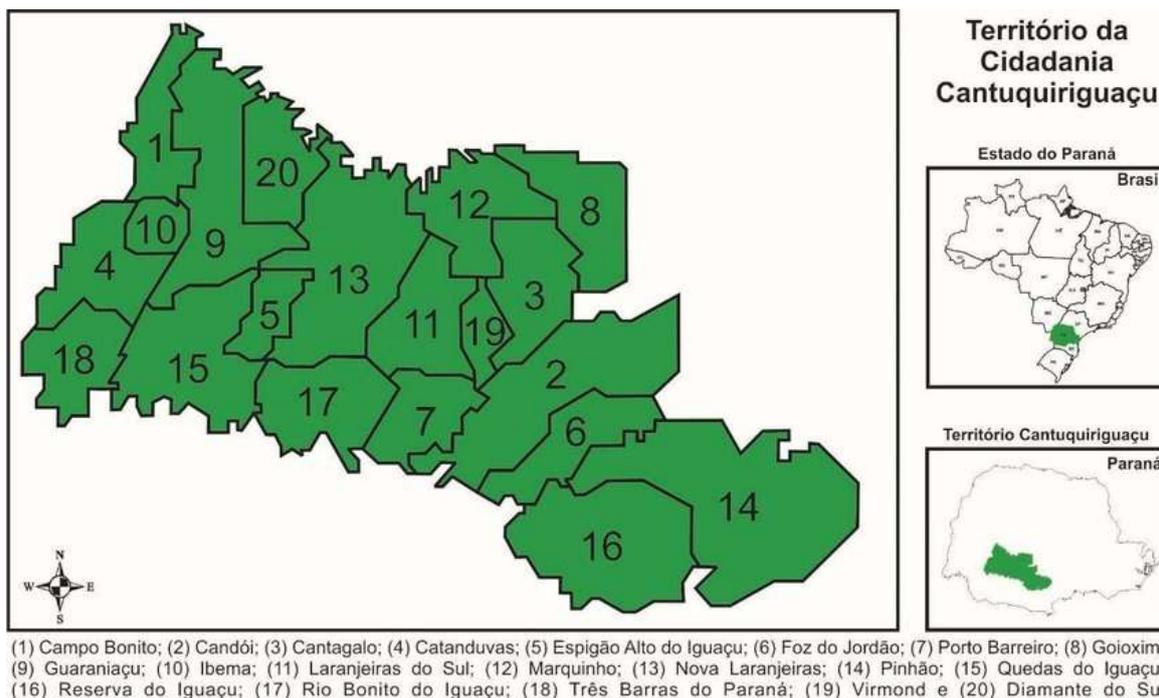
Quanto aos resultados obtidos, procura-se realizar uma comparação, entre as realidades dos dois municípios, sempre que as informações permitem fazê-lo. (MARCONI E LAKATOS, 2010). A comparação, entretanto, não é objetivo principal, mas sim uma consequência do estudo, sendo que ao apresentar características de municípios que são limítrofes, automaticamente são observadas semelhanças e diferenças entre os dois, quanto à sua história e evolução dos dados obtidos.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O município de Marquinho foi considerado independente no dia 22 de junho de 1994, desmembrado de Cantagalo, pertencente na atualidade à Região do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu³. De acordo com Ipardes (2019) a área territorial do município é de 510,307 Km², com população total em 2010 de 4.981 pessoas, sendo que no meio rural viviam 4.457 pessoas (89,48%) e no meio urbano 524 (10,52%). Conforme a mesma fonte, no ano de 2018, a população total estimada foi de 4.472 habitantes (demonstrando um declínio de 509 pessoas neste município, ou seja, 10,22% da população total em 2010). No Mapa 1 está ilustrada a região do Território da Cantuquiriguaçu, e a localização do município de Marquinho.

³ A região do Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu é constituída por 20 municípios sendo eles: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvás, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

Mapa 1 - Localização de Marquinho (12) no Território da Cantuquiriguaçu em 2016.



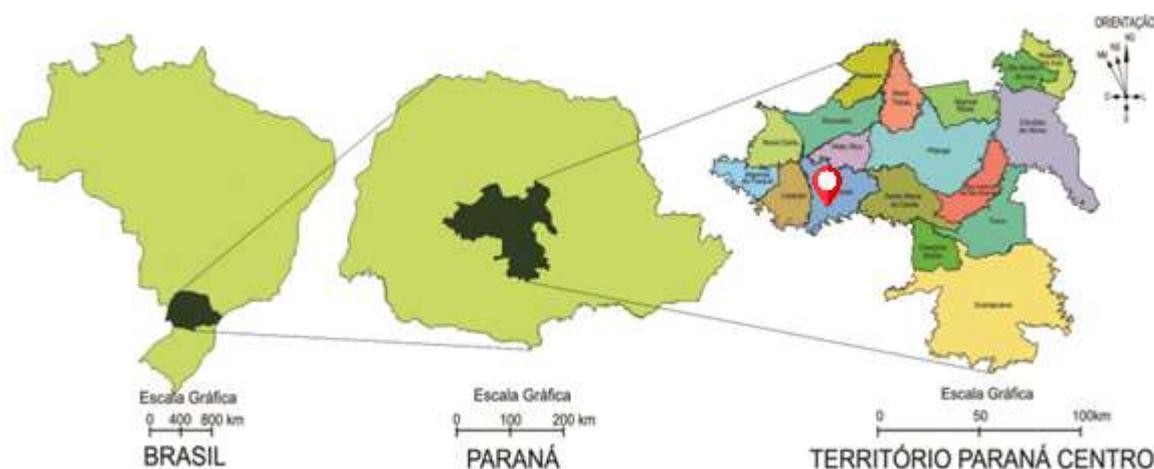
Fonte: Elaborado por Santos, 2016.

O Território da Cidadania da Cantuquiriguaçu ilustrado no Mapa 1 é considerado o segundo território mais pobre do estado do Paraná (KRAJEVSKI E THEIS, 2017). O município de Marquinho está identificado com o número 12 no mapa.

A emancipação de Palmital foi no dia 15 de novembro de 1961 sendo desmembrado de Pitanga, pertencendo para a Região do Território da Cidadania Paraná Centro⁴. De acordo com Ipardes (2019), sua área é constituída por 817,281 Km², com uma população total no ano de 2010 de 14.865 pessoas, das quais 7.466 viviam no meio rural (50,23%) e 7.399 no meio urbano (49,77%). No ano de 2018 a estimativa populacional aponta para a existência de 13.389 habitantes, ou seja, um declínio de 1.476 pessoas na população total deste município, quando comparados os dados de 2018 e 2010 (queda de 10%,29 em comparação com a população total de 2010), (IPARDES, 2019). No mapa 2 pode se observar a regionalização do Território Paraná Centro e localização de Palmital.

⁴ A região do Território da Cidadania Paraná Centro é composto por 18 municípios, sendo que constitui os municípios: Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Rio Branco do Ivaí, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste e Turvo.

Mapa 2 - Localização de Palmital no Território Paraná Centro em 2011.



Fonte: Organização Favaro (2011). Elaboração: Elizandro Fiuza Aquino (2011).

O Território da Cidadania Paraná Centro é composto por 18 municípios, sendo que está situado na região sul do Brasil e no estado do Paraná, sendo que Palmital é o destacado com símbolo de localização (em vermelho e branco). A constituição do Território Paraná Centro foi no ano de 2003 e foi implantado no programa do Território da Cidadania em 2009 (FAVARO, 2011).

2.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

A pesquisa parte do método bibliográfico, na qual se inicia a busca por alcançar cada um dos objetivos específicos, além de auxiliar com um apoio teórico, na discussão entre autores e suas teorias referentes aos temas que serão abordados. A pesquisa bibliográfica embasa a primeira parte do trabalho, ou seja, se desenvolve no referencial teórico, auxiliando nos resultados e discussões do trabalho.

A coleta dos dados em relação aos municípios parte de informações secundárias, obtidas em sites como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), site da Prefeitura municipal de ambos os municípios, Portal da Transparência, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Banco Central, SIAF (Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro) e IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Sobre as temáticas em fontes que disponibilizem informações sobre dimensões sociais e econômicas referentes aos dois municípios.

O tratamento de dados foi efetuado com o auxílio de gráficos e tabelas, um tratamento estatístico sobre os indicadores analisados, com a utilização da estatística descritiva. O tratamento dos dados parte com um apoio bibliográfico desenvolvido principalmente no referencial teórico, como o desenvolvimento regional e rural, a importância da agricultura familiar e aspectos sobre o diagnóstico e planejamento nos municípios.

Os dados secundários partem de uma pesquisa e análise dos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), sites referentes ao desenvolvimento rural, dentre outros, com coletas de dados já existentes sobre o tema e com um tratamento estatístico. As informações obtidas podem permitir conclusões sobre o desenvolvimento do rural, o urbano, saúde, educação e dentre outras dimensões abordados no decorrer do estudo.

2.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As dificuldades enfrentadas se originam da dificuldade de localizar determinados dados, bem como da inexistência de outros. Ou ainda situações em que as informações não permitem análises comparativas, tais como nos censos agropecuários de 1996, 2006 e 2017, os quais em termos da temática agricultura familiar coletaram as informações de modos distintos, o que dificulta análises aprofundadas entre os três períodos.

3 DESENVOLVIMENTO RURAL EM MUNICÍPIOS COM ELEVADAS TAXAS DE POPULAÇÃO RURAL

Nesta seção são apresentadas as bases teóricas a partir das quais o estudo será realizado. São abordados na sequência conteúdos sobre desenvolvimento regional e rural na perspectiva nacional, estadual e municipal. É efetuada uma abordagem sobre agricultura familiar e são apresentadas questões teóricas sobre diagnóstico e planejamento para o desenvolvimento municipal.

3.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E RURAL

As teorias tem um estudo mais aprofundado sobre cada ramo e cenário no mundo, algumas se destacam pelo conhecimento que proporcionam aos indivíduos e seus benefícios tanto no conhecimento intelectual como no material. Estudos tem se destacado no cenário brasileiro sobre o desenvolvimento regional e rural, pois estão presentes no contexto do crescimento do país e de cada região.

Como o desenvolvimento econômico brasileiro está vinculado fortemente às características de sua estrutura agrário-exportadora, cabe abordar neste texto teorias que apresentam os meios primários como importantes para o crescimento econômico e desenvolvimento de uma sociedade. Inicialmente os mercantilistas argumentavam que para o crescimento da economia era necessária à formação de colônias e a realização de comércio entre as colônias e as metrópoles, promovendo uma especialização no comércio manufatureiro das atividades produtivas rurais. A obtenção de ouro e outros metais preciosos garantiam as condições de compra de terras e títulos, sendo que a riqueza financeira das metrópoles era oriunda do acúmulo dos metais preciosos retirados das colônias (SIEDENBERG et al, 2012).

Para os fisiocratas a partir da metade do século XIII, a riqueza de uma economia resultava do uso da terra, sendo as leis da natureza as principais regras a se seguir, e consideravam que a indústria só diversificava os produtos. A agricultura sendo compreendida como a principal atividade econômica, existiam três classes sociais: a dos produtores, dos proprietários e os manufatureiros (SIEDENBERG et al, 2012). Os fisiocratas salientavam que o excedente econômico vinha da terra e tinha uma relação principalmente com as famílias na organização da produção, além do uso de trabalho pago com moeda (BAIARDI; ALENCAR, 2014).

Após os fisiocratas a escola Clássica se destaca no que tange às teorias sobre o desenvolvimento econômico. Adam Smith foi seu precursor, apresentando críticas às políticas econômicas mercantilistas, ainda vigentes à época. Smith destaca que o trabalho humano é a principal fonte de riqueza de uma nação, considerando a mão invisível que controlava as decisões de uma economia, ou seja, não deveria haver interferência do Estado ou dos governos para que o desenvolvimento econômico acontecesse (VASCONCELLOS, 2001). Para Smith, o crescimento econômico era derivado do trabalho humano, com base na defesa de que a divisão do trabalho aumentaria a sua produtividade aumentando o lucro dos capitalistas, aspectos que fazem parte da teoria do valor de uma mercadoria desenvolvida pelo autor (SIEDENBERG et al, 2012).

Outro autor com destaque dentre os clássicos é David Ricardo. Na percepção de Paiva (2013), o modelo ricardiano parte do estudo de que o desenvolvimento se deriva de um tripé, constituído por aspectos tecnológicos, de infraestrutura e de recursos naturais. Nestes princípios, para a evolução de uma economia devem ser contempladas variáveis que não são usadas do mesmo modo entre diferentes espaços para alcançar o crescimento econômico. Assim, os resultados também serão distintos entre cidades, regiões e países.

Como crítica à escola clássica surgem os argumentos defendidos por Karl Marx e Friedrich Engels. Segundo estes, os desequilíbrios enfrentados na época, são decorrentes das características de exploração da força de trabalho. Apresentam então uma crítica ao modelo de produção vigente, defendendo que deveria haver uma revolução da classe dos trabalhadores em relação à exploração do trabalho, que resultava na alienação dos trabalhadores (BOTTOMORE et al, 2012). Marx desenvolveu principalmente a Teoria de Valor Trabalho, explicando assim o excedente do trabalho, as relações das classes, considerando que ocorria a alienação dos trabalhadores e a mais-valia como forma de lucro dos donos das empresas. Pode-se considerar que em suas obras, Marx tentou apresentar formas de socialismo (VASCONCELLOS, 2001).

A Teoria Neoclássica surge como uma renovação da escola clássica, revestida de características distintas. Os neoclássicos têm suas análises mais voltadas para aspectos microeconômicos, ao invés dos macroeconômicos utilizados pelos clássicos. Um dos economistas que se destacou nesta teoria foi Alfred Marshall, com sua obra “Princípios de economia” no ano de 1890, sua obra trata de teorias da oferta e da procura e a teoria do valor de utilidade. Os neoclássicos ainda desenvolveram estudos sobre o comportamento do mercado a partir dos economistas clássicos (VASCONCELLOS, 2001).

A Teoria Keynesiana surge com a publicação da “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, a obra de John Maynard Keynes, no ano de 1936. Com estudos aprofundados, Keynes

apontou que a maior intervenção do Estado na economia por meio de gastos públicos seria responsável pelo melhoramento do padrão e qualidade de vida da sociedade. Outros modelos surgem a partir da teoria Keynesiana, mas com distinções entre eles, tais como os Novos Clássicos, os Novos keynesianos, os Pós-keynesianos e os economistas do lado da oferta (VASCONCELLOS, 2001).

Novos estudos foram desenvolvidos a partir destas, mas com focos diferentes para se medir e analisar o desenvolvimento. Sen (2000) destaca que a segurança econômica interfere na liberdade, pois riscos podem afetar diretamente um país. Fatores como desastres econômicos podem impedir o desenvolvimento, pois são possíveis geradoras de crises. Também um sistema em que a insuficiência na democracia e de direitos básicos, quando crises e ausência de políticas que garantam os direitos são causadoras de colapsos como fome e situações precárias ocorrem principalmente em governos autoritários. Para que o sistema de um país esteja em harmonia o uso da liberdade política que não reprima as pessoas é fundamental para o desenvolvimento, mas caso tenha negação da liberdade se torna insuficiente e falha.

Segundo Sen (2000) a modernização e a tecnologia, favorece a liberdade humana, além de outras influências. As liberdades para Sen são: a) a liberdade política, o direito do indivíduo em escolher quem pode governar e seus direitos civis; b) a facilidade econômica, facilidades do uso da renda do indivíduo em consumir e fazer suas transações, sem obstáculos na renda; c) as oportunidades sociais, o quanto uma sociedade está sendo atendida por áreas como a educação, saúde e dentre outros, além do nível de qualidade; d) garantias de transparência, apontam que transparências entre indivíduos é essencial, além de prevenir a corrupção; e) segurança protetora, são meios em que segurasse para manter a qualidade de vida, com incentivos quando indivíduos estão na beira da miséria, além de meios de contornar a fome e a miséria.

Souza (2009) destaca que os agravantes que podem afetar o desenvolvimento de um país são as guerras, catástrofes naturais ou humanas, doenças, levando a diminuição no desempenho da economia e afetando as pessoas. A distribuição desigual da produção também é aspecto que compromete o desenvolvimento. Neste sentido Sen (2010) exemplifica a situação em que apesar de haver superprodução, com o crescimento populacional e o esgotamento dos recursos naturais as condições de bem-estar em alguns espaços, tais como no continente africano, pioraram. Assim, em países subdesenvolvidos os avanços das condições de bem-estar da população avançam mais lentamente.

O desenvolvimento nas regiões brasileiras não se encontra em equidade, apresentando significativas desigualdades. Os incentivos em áreas que tem desvantagens e consideradas

reprimidas por não ter um crescimento ativo, o uso de métodos para mudar e incentivar são adoção de medidas e políticas de fortalecimento nas regiões necessitadas para assim se ater um equilíbrio entre as regiões, além de manter as pessoas no território. Souza (2009) salienta ainda que há evasão de riquezas no Brasil principalmente em direção à região Sudeste, no intuito de melhorar a condição de vida, um dos motivos são as dificuldades enfrentadas em suas regiões.

Segundo Pinto e Coronel (2015), o Brasil desde de sua colonização enfrenta dificuldades, como a pobreza, problemas ambientais e climáticos, desigualdades sociais e econômicas. Na agricultura destaca-se as desigualdades nas políticas públicas em relação ao agronegócio e agricultura familiar, o uso de políticas públicas para agricultura familiar é um importante ator para o desenvolvimento econômico do país.

Desde a colonização o Brasil caracteriza-se pelo favorecimento ao desenvolvimento de atividades primárias, tais como a extração do Pau-Brasil e do ouro, a produção de cana-de-açúcar, de café, e a partir dos anos 1960 na produção de soja, trigo e milho. Apesar de ter ocorrido uma diversificação nos produtos oriundos da agropecuária, se comparado com o período colonial, os monocultivos ainda geram dificuldades para espaços urbanos e rurais, por comprometerem a produção de alimentos diversificados, priorizando monoculturas (PRADO JÚNIOR, 1945).

As grandes propriedades se destacam na atuação da exploração primária, com o desenvolvimento de atividades de monocultora, que nos primórdios ocupavam a força de trabalho escravo (constituída por negros oriundos do continente africano) e mais recentemente pelo trabalho assalariado (PRADO JÚNIOR, 1945; FURTADO, 2003). Em paralelo à produção das grandes propriedades ocorria também à economia de subsistência, a qual favoreceu o desenvolvimento de atividades primárias, bem como contribuiu para desenvolver setores urbanos, destacando a agricultura dos colonos. Neste sentido, Furtado (2003, p. 145) afirma que

Os colonos que se encontravam mais no interior puderam dividir seu tempo entre a agricultura de subsistência e a extração de folhas de erva-mate, aumentando substancialmente sua renda. Os colonos mais próximos do litoral se beneficiaram da expansão do mercado urbano, expansão essa que tinha seu impulso primário no desenvolvimento das exportações.

O desenvolvimento de uma região parte de características de seu processo de ocupação, que influencia as condições encontradas na região, suas formas de chegar aos estágios do desenvolvimento equitativo, parte de ações e políticas de incentivos. Para o uso em conjunto de medidas para alcançar o crescimento equitativo das regiões, algumas barreiras têm de ser

quebradas, tais como a adoção de políticas que promovam o desenvolvimento endógeno (PIACENTI, 2016).

Em relação ao que se compreende por desenvolvimento, a sua definição pode ter algumas dimensões analisadas, tais como o desenvolvimento rural é considerado importante para o crescimento de uma região tanto no econômico como no bem-estar social dos indivíduos. Segundo Freitas, Dias e Freitas (2012), salienta que há várias abordagens sobre o desenvolvimento rural e podendo ter variações de cenários políticos pode influenciar e ter alterações no desenvolvimento, mas que há adoção de novas políticas com o passar do tempo.

O desenvolvimento rural tem relação com o meio regional, pois uma região rural faz com que desenvolva se as atividades ligadas ao meio rural da região. Além de incentivar outras formas de atividades que podem estar apenas ligadas a agricultura. O desenvolvimento rural com a transformação das tecnologias durante os anos, fez com que o desenvolvimento não se assemelhe mais ao do passado, pois surgem novos elementos, tecnologias e conceitos levados em consideração como a implantação de novas políticas de incentivos ao desenvolvimento rural (LOBÃO e STADUTO, 2018). Os autores destacam ainda que surgem novas discussões sobre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, como estas influenciam o desenvolvimento em regiões rurais.

O desenvolvimento rural no Brasil tem suas peculiaridades e diferenças, segundo Neto et al (2010, p. 10) “A compreensão do desenvolvimento rural no Brasil é possível na medida em que nossa observação se expande para a histórica relação existente entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, entre o setor primário e os demais setores da economia.” A interação entre cada setor e lugar, identifica como o desenvolvimento rural está presente em uma economia e na vida das pessoas.

O setor rural tem importância para o desenvolvimento da cidade, pois pode ajudar economicamente e assim os indivíduos são responsáveis pela produção desse setor, sendo que são agricultores familiares e não familiares, o desenvolvimento rural durante os tempos tem passado por dificuldades e enfrentando problemas. Souza (2009, p.54) destaca os fatores que é “necessário investir em treinamento de trabalhadores e em infraestrutura, como energia, rodovias, ferrovias e portos para o escoamento das safras, e estimular a exportação”. Os fatores vão proporcionar um crescimento econômico da região além de favorecer as áreas com dificuldades de desenvolvimento, com adoção de políticas de incentivos principalmente regionais, ao longo prazo, são determinantes para um crescimento equitativo.

As regiões e os municípios, suas formas de desenvolvimento são distintas na economia do urbano e do rural, sendo que outras dimensões são responsáveis pelo crescimento e bem-

estar da sociedade. Mas a importância do rural para o desenvolvimento da cidade é de suma importância, pois favorece e contribui para esse crescimento. Talaska, Arantes, Farias (2009, p. 61) explicam que

A ideia do continuum rural-urbano, no caso da primeira vertente, indica que o extremo urbano do continuum é visto como o polo dominante, e por isso fonte do progresso, enquanto o extremo rural entendido como o polo atrasado, com tendência a reduzir sua influência sobre o extremo urbano.

Os autores ressaltam que o rural ainda é visto como sendo um setor atrasado na economia, por não desenvolver assim um setor tão forte, pois no urbano há uma geração de empresas que abrange algumas áreas específicas, mas ainda há diferenças na forma de crescimento e transformações no urbano e no rural.

O meio urbano é responsável por ter uma parte do comércio e da população, o rural e cidades consideradas pequenas fazem boa parte de suas transações nas cidades maiores, faz com que o comércio se movimente, pois contribui na aquisição de produtos e serviços. Sendo assim fortalece as cidades maiores que crescem por ter um comércio de fora para dentro (SOUZA, 2009).

As regiões consideradas subdesenvolvidas estão com o passar dos anos perdendo sua população, principalmente a população rural aumentando assim o êxodo rural. As regiões consideradas longes dos centros urbanos vêm sofrendo mais com o declínio da população, pois o meio urbano oferece serviços e bens mais próximos do local da moradia das pessoas, segundo Favareto et al (2010, p. 37) salientam que

Exatamente por isso a tendência generalizada do êxodo rural vem sendo gradativamente substituída por uma dinâmica demográfica heterogênea: algumas regiões continuam expulsando pessoas, enquanto outras passam a atrair. As regiões que continuam perdendo população são as mais distantes de centros urbanos, aquelas cujos habitantes, para ter acesso a bens e equipamentos sociais básicos, precisam migrar.

Segundo Lobão e Staduto (2018), o desenvolvimento rural quando tem o uso de incentivos, faz proporcionar uma evolução do meio rural, com o uso de planejamento e a implantação de políticas públicas. Com uso principalmente de políticas para a modernização da agricultura, mas fez com que a desigualdades se estabelecem mais fortemente no meio rural, por não proporcionar direitos igualitários no uso da modernização e de técnicas.

No decorrer do tempo as mudanças na estrutura produtiva do campo promoveram alterações na produção e conseqüentemente na economia do país. Neste contexto, este estudo

se aprofunda sobre o desenvolvimento tanto do país quanto da região, com uma pesquisa sobre o desenvolvimento regional e rural nos municípios selecionados.

O trabalho refere-se aos municípios de Marquinho e Palmital, tem maior parte de sua população vivendo no meio rural, bem como apresentam mais de 70% dos estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, assim, observar a agricultura familiar e se ela pode ter algum papel no desenvolvimento rural dos locais pesquisados é um dos objetivos desta pesquisa. Assim, na sequência são apresentados alguns aspectos teóricos sobre agricultura familiar.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil o Decreto N° 9.064, de 31 de maio de 2017 estabelece quais estabelecimentos agrícolas podem ser consideradas familiares. Segundo ele a agricultura familiar se caracteriza por ter uma área de até quatro módulos fiscais, utilizar no mínimo metade da mão de obra familiar no processo produtivo e na geração de renda da família, também tem a metade da renda familiar advinda do estabelecimento agropecuário ou empreendimento pelas atividades realizadas e a gestão é apenas familiar (PLANALTO, 2017).

Segundo Venâncio (2008), destaca que agricultura familiar é importante, pois é responsável por maior parte da produção de alimentos e dentre outros produtos, considera que uma parte da produção é de subsistência e a outra pode ser destinada para o comércio. Destaca que os produtores têm uma ligação e relação com a cidade, ressalta a importância do comércio entre as regiões, pois fortalece o comércio entre as cidades e assim tem se um crescimento, no contexto brasileiro.

Os principais setores em que a agricultura familiar se destacou no cultivo para o ano de 2006 foram: milho, mandioca e leite. Estes são os principais produtos produzidos no Brasil, além de frutas destacando-se a banana, sendo que muitas famílias desenvolvem a agricultura orgânica em suas propriedades. Considera que há uma distinção na produção e sendo mais forte em algumas regiões o cultivo ou produção de determinados produtos. A escolha de produção leva em consideração o trabalho e o uso da terra além do capital a ser investido, mas os agricultores familiares têm enfrentado dificuldades, pois variações nos custos considerados essenciais, e nos preços dos produtos finais, sofrem alterações prejudiciais (NAVARRO, et al, 2013).

Segundo Savoldi e Cunha (2010) o fortalecimento da agricultura familiar se iniciou no Brasil a partir da implantação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PLANAF) em 1995, sendo que em 1996 a partir da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) se criou o PRONAF como instrumento de crédito para a agricultura familiar. As políticas usadas pelo governo ajudaram a impulsionar a agricultura familiar e também outras áreas como movimentos no Brasil, mas tem alguns empecilhos para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A política favorável ao agricultor familiar sendo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) cujo intuito é estimular a melhoria da renda, sendo um instrumento de financiamento para atividades rurais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017). Para ter acesso ao Pronaf é preciso que o agricultor tenha a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A partir disso destaca que a agricultores familiares e agricultores não familiares, que podem usar os instrumentos, assim, pode favorecer os agricultores familiares.

Ploeg (2008) salienta aspectos que podem afetar os agricultores tanto familiares como não familiares. O aperfeiçoamento técnico vem com o uso adequado de técnicas para o aumento da produção, faz com que diminua os custos e aumente a rentabilidade. O uso de técnicas erradas é responsável por proporcionar a perda da unidade agrícola do camponês. Por uma má gestão das unidades agrícolas e decisões, além que, não a uma variação na produção, faz com que seja mais exposto por mudanças de cenários na agricultura.

A produção dos agricultores familiares pode mudar de família para família e assim o mesmo de região onde se situa, pois, fatores como clima, solo e cultura na produção, são uns dos responsáveis por determinar a produção. Segundo Buainain e Garcia (2013)

(...) o grupo [de pequenos produtores] é homogêneo na baixa produção e heterogêneo quanto ao potencial de elevar a produtividade, produção e renda agrícola (...). Uma parte dos que hoje são pobres pode se viabilizar como agricultores em tempo integral ou parcial, combinando diferentes caminhos de saída da pobreza entre os vários membros da família (BUAINAIN e GARCIA, 2013, passim, neste volume).

Os autores destacam quando há uma variação na produção agrícola isso faz com que aumente a produção e a renda das famílias, pois estimula o comércio dos produtos, não se atendo a um tipo de venda e mercadoria. Fomenta assim sua renda e o desenvolvimento da cidade onde residem. Abramovay (1999) destaca que o sistema de aquisição de ativos por agricultores familiares ainda se encontra em situações precárias, podendo afetar os pequenos produtores. Além da adoção de medidas de descentralização para o fortalecimento da indústria, com políticas de incentivos para o setor agropecuário favorecendo assim o desenvolvimento rural.

A agricultura familiar tem um papel importante no desenvolvimento rural, por proporcionar métodos de desenvolvimento diferente ao dos agricultores não familiares. Sendo

que agricultura familiar ganhou força em estudos sociais. Além de distinguir a forma de produção entre agricultura camponesa familiar com a agricultura empresarial e agricultura capitalista, no que tange o uso de mão de obra familiar e a finalidade da produção na agricultura familiar diferenciando assim com os dois tipos de agricultura (NEVES et al, 2007).

Ploeg (2008) salienta que os agricultores familiares são heterogêneos, além de diferir dos agricultores não familiares. Considera que a “agricultores capitalistas”, “agricultor empresarial” e “agricultores camponês”, sendo que os dois últimos são caracterizados como familiares. O agricultor capitalista é aquele que tem principalmente sua produção voltada para a maximização do lucro, produção de commodities e o uso de mão de obra assalariada. As características do agricultor empresarial sendo considerado familiar sua produção é voltada para o mercado, o uso tecnologias, tem crescimentos em saltos e a modernização da produção, além de estar disposto aos riscos e endividamentos. Já o agricultor camponês é considerado familiar sua produção é voltada para consumo, apenas uma parte da produção é comercializada, não se tem o uso um uso acentuado de tecnologias e a mão de obra é apenas familiar.

Savoldi e Cunha (p. 28) salientam que

Não podemos dizer que os agricultores familiares são grupos homogêneos com perfil de produção estável. Uma análise histórica da trajetória dos agricultores familiares evidencia tanto a reprodução como a desintegração da condição de agricultura familiar.

Os autores salientam que no Brasil a agricultura familiar é heterogênea por ter diferenças no meio de produção, força de mão de obra, terra, capacitação e dentre outras características.

A sobrevivência dos agricultores vai ser determinante pela sua produção e métodos de produção. Muitos agricultores estão inseridos e praticam a pluriatividade. A cooperação ajuda a enfrentar dificuldades como traz a ajuda ao meio ambiente pela forma de cooperação dos agricultores e das pessoas. Além que fortalece os camponeses e garantem os seus direitos, por se unirem a uma causa. Liberdade dos agricultores, uma luta durante os tempos para garantir os direitos dos camponeses ao seu desenvolvimento. Uma forma em que sentem os impactos quando os preços dos produtos estão baixos, mas os seus custos aumentam, faz com que os agricultores se privem na produção e afetando sua renda (PLOEG, 2008).

Segundo Schneider et al (2016, p. 12)

A luta dos agricultores familiares por melhorias quase sempre esteve direcionada às reivindicações por terra, crédito e justiça social. Muito raramente se menciona os mercados e a necessidade de atender a uma demanda dos consumidores ou até mesmo criar uma determinada demanda entre os consumidores.

Os autores salientam a importância dos agricultores em participar em cooperativas, associações e outros grupos de organização social, para desenvolver-se com trocas de informações, negociação e dentre outras coisas. Além de fortalecer a produção dos agricultores proporciona assim uma melhora na renda.

A produção de produtos de subsistência no Paraná se desenvolveu principalmente com planos migratórios no Brasil, de famílias com características da agricultura familiar. Para Furtado (2003, p. 145)

Na região paranaense, por exemplo, a grande expansão da produção de erva-mate para exportação trouxe um duplo benefício à economia de subsistência, em grande parte constituída de populações transplantadas da Europa no quadro de planos nacionais e provinciais da imigração subsidiada.

A economia de subsistência, para o autor supracitado, parte principalmente da agricultura familiar, com introdução de novos produtos na produção primária. Os estímulos para a colonização de áreas ainda desocupadas no estado, fez com que acontecesse a imigração de famílias com características de pequenos agricultores, proporcionando o desenvolvimento com participação da agricultura familiar.

Segundo Stoffel (2013) a agricultura familiar no Estado do Paraná estava presente em 81,63% dos estabelecimentos agropecuários em 2006. Destacando a predominância da agricultura familiar no estado, fundamental para a geração de renda para as famílias, mas aponta também a disparidade da agricultura familiar por ocupar apenas 27,80% da área dos estabelecimentos agropecuários, sendo que 72,20% da área total estavam nas mãos de agricultores não familiares.

A agricultura familiar tem um papel no desenvolvimento rural de uma região e local, destaca a importância de um diagnóstico para medir a eficiência de determinada área como a agricultura familiar. Na seção a seguir aponta a importância e suas implicações do diagnóstico e planejamento para o desenvolvimento principalmente dos municípios.

3.3 DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS

O diagnóstico é responsável em identificar as condições e o planejamento apontar ações que possam tirar municípios, regiões e países da pobreza, essas necessidades partem por desenvolvimento equitativo e equilibrado. Com dificuldades em estabelecer uma identificação

na análise do território, além de que o desenvolvimento tem recursos para a delimitação territorial ou com fronteiras não delimitadas, mas para isso é necessário que o planejamento esteja especificado. O diagnóstico de municípios tem um papel importante para estipular estratégias capazes de potencializar o desenvolvimento, estabelecer estratégias para não ser mais pobre e ter um desenvolvimento das dimensões. Tal importância de planejar tem que considerar a integração das atividades e as áreas da economia, mas com um conjunto de métodos para a análise, além de um planejamento se ter uma pesquisa que direcione os pontos fortes e fracos a serem melhorados (PAIVA, 2013).

As estratégias são responsáveis pelo crescimento dos municípios além de proporcionar incentivos adequados, sendo que as estratégias são efetuadas em processos para cada setor desenvolvido em uma economia proporcionando o desenvolvimento econômico de um município, região, país, dentre outros. Segundo Piacenti et al (2016, p. 145) “[..] o desenvolvimento econômico não depende apenas de se saber localizar as combinações ótimas de recursos e de fatores de produção, mas sim da localização daqueles recursos e capacidades que se encontram ocultos, disseminados pelo território e mal utilizados”.

De acordo com Diniz (2009, p. 228) “A primeira experiência mundial de planejamento regional pode ser considerada como tendo origem na União Soviética, através do seu Plano de Eletrificação Nacional, estabelecido em 1925.” Este plano foi elaborado para implantação de hidrelétricas na região, com as preocupações que estavam ocorrendo na época, além do fortalecimento da região e do desenvolvimento, no qual os planejamentos para área urbana com incentivos em tecnologia. O autor destaca a importância do planejamento para o desenvolvimento, principalmente quando se depara com dificuldades no crescimento equitativo, pois o uso de estratégias para o planejamento ajuda a contornar e assim chegar a um desenvolvimento mais equilibrado.

Com as crises, principalmente a de 1929, pode se perceber que as desigualdades nas regiões, por enfrentarem dificuldades econômicas, sociais e dentre outros, tornaram mais visíveis as desigualdades. Diniz (2009) ressalta que

A tomada de consciência dessas desigualdades e a mudança na concepção do papel do Estado, com a revolução keynesiana e o avanço das técnicas e práticas de planejamento, promoveram a criação de políticas de redução das desigualdades regionais e de reordenamento do território em vários países, com a criação de instituições específicas para a implementação dessas políticas (DINIZ, 2009, p. 228-229).

As teorias desenvolvidas, para o autor, ajudaram no desenvolvimento e elaboração de estratégias, além de ter estudos mais voltados para o desenvolvimento e o comportamento dos setores durante os períodos. Além de ter estímulos do estado na criação de políticas para mudanças estruturais, proporcionando assim o avanço de uma região e fortalecimento interno com reduções nas desigualdades nas regiões.

Segundo Piacenti et al (2016), a importância dos planejadores e gestores públicos em uma região diz respeito a elaborar melhores formas de desenvolvimento de projetos, além de realocar os recursos públicos e privados, definindo em quais áreas e projetos serão mais adequados os investimentos. Silva et al (2015) salientam que o planejamento é de tal importância, mas que há dificuldades para sua adoção, e que ainda há muitos que não representam a realidade dos municípios e assim das áreas envolvidas.

O planejamento em um município deve ser articulado para cada setor econômico e estrutural, abrangendo a saúde, educação, ambiental, social, agricultura, sendo importante estipular um planejamento para cada dimensão com uma análise minuciosa pode se obter um diagnóstico mais próximo da realidade e assim um planejamento mais adequado, para cada área. Além de definir o período de duração para aplicação e seu desenvolvimento, sendo que passará por dificuldades na sua elaboração e aplicação de fato, mas os responsáveis têm de contornar as dificuldades (SILVA et al, 2015).

Os planejamentos podem ser elaborados pelo governo, municípios, pessoas e empresas que estão diretamente ligadas na elaboração de planejamentos. A importância do planejamento estratégico para transformação das estruturas econômicas e sociais, principalmente quando há um desequilíbrio e subdesenvolvimento nas regiões. Para melhorar as deficiências e assim estimular o desenvolvimento, é necessário definir as dificuldades e estimular métodos para se resolver em um determinado período podendo ser de curto prazo ou de longo prazo (PIMENTA, 2017).

O capital social em uma região é de suma importância para o seu desenvolvimento, além de ser parte fundamental nas cooperativas, por proporcionarem e estimularem o desenvolvimento da cooperação nas regiões. Mas a cultura de uma região ou de um município pode ser um entrave para o desenvolvimento da cooperação entre as pessoas por ter uma cultura mais tradicional, estimulando a transformação da cultura para adoção de cooperativas, associações além de estimular políticas e programas para o desenvolvimento. O capital social contribui para o estímulo da educação, saúde, equidade social, esses investimentos principalmente na educação fazem com o crescimento tecnológico aumente e faz com que regiões consideradas periféricas cresçam econômica e socialmente (PIACENTI, 2016).

Segundo Veiga (2001, p. 83) “A ideia é que essa ajuda da coletividade ao planejamento de ações locais de desenvolvimento rural tenha o caráter de uma contrapartida a determinados compromissos que deverão ser assumidos por essas articulações”. Tal importância para um conjunto de medidas adotadas pelos governos para o diagnóstico e planejamento, com incentivos para elaboração e implantação dos projetos nos municípios. Salienta que no desenvolvimento rural há ações para se concretizar de fato as medidas e incentivos, ressalta a importância de ter um diagnóstico concreto com análise dos indivíduos e das suas preferências, além de conhecer programas e iniciativas que melhor se adequam à região.

Paiva (2013) destaca que empresas e setores na economia de um território com princípios de atingir o desenvolvimento, adotam a elaboração de planejamentos, sendo que partem de pesquisas do crescimento, assim identificando as atividades com categorias superiores as outras, e o comportamento destas na geração de emprego. A parte seguinte segue com a diversificação dos setores principalmente que se destacam economicamente, para que assim se abranja todo o território com o intuito de um desenvolvimento mais igualitário, considerando uma expansão e integração.

Coradeli (2011) ressalta a importância da união de municípios no desenvolvimento da região e na elaboração do planejamento, proporcionando a organização coletiva entre os municípios para a geração do crescimento. Além de incentivos para elaboração de programas, planos e objetivos como na saúde, educação, transporte, dentre outros, mas destaca que há desafios na união dos municípios, um dos desafios por não ter pessoas qualificadas para os cargos necessários para adoção do planejamento.

A autogestão em um município ajuda com características na transformação das suas estruturas, como incentivos na adoção de cooperativas e associação, mas sendo necessário um planejamento para que ocorra um crescimento saudável. Estimulando ações para o desenvolvimento e medidas para que ocorra a equidade nas organizações, com um planejamento democrático e a integração dos setores, faz com que os limites sejam ultrapassados e assim fazendo com que as pessoas tenham seus direitos na tomada de decisões (FARIA, 2017).

Segundo Favareto et al (2010) as políticas de desenvolvimento das regiões foram importantes para incentivar regiões estagnadas ao desenvolvimento. A Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável salienta o aprimoramento e o fortalecimento da agropecuária com políticas como a do Pronaf, estímulos para o melhoramento da qualidade de vida, incentivos a diversificação da economia e direitos equitativos nas tomadas de decisão.

Assim, na perspectiva do desenvolvimento rural, valorizando o papel da agricultura familiar, esta pesquisa procurou efetuar um diagnóstico dos municípios de Marquinho e Palmital com a intenção de apontar os níveis de desenvolvimento ali existentes e quais são as possibilidades de planejamento para alcançar melhores níveis para o desenvolvimento rural. Os resultados encontrados estão apresentados no próximo capítulo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentadas as bases de dados e os resultados a partir dos quais o estudo será realizado, além da discussão a partir dos resultados. São abordados na sequência conteúdos sobre o município de Marquinho e o município de Palmital, sendo que em cada município serão abordados aspectos e características das dimensões social e econômica. Ainda são apresentadas as discussões a partir dos resultados elencados e a teoria apresentada no capítulo 3.

4.1 MUNICÍPIO DE MARQUINHO

A história do município de Marquinho se inicia com a marcação que o índio Francisco Tororó, fez entre o atual cemitério e o Rio Bonito, criando a comunidade conhecida como Marquinho, mais conhecido no presente como Marquinho Velho (IBGE, 2019).

Informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal indicam que os primeiros habitantes chegaram no ano de 1889, sendo que em 1942 foi fundada a sede do local que em 1955 passou a ser distrito do município de Guarapuava, porém na época de sua emancipação a área pertencia ao município de Cantagalo. O comércio, inicialmente, era feito em municípios como Goioxim, Guarapuava e Cantagalo. A principal produção foi a criação de porcos, por pessoas que vieram para Marquinho a partir de 1943, comprando assim terras do governo. Foi no ano de 1994 que a Lei nº10.834 criou o município de Marquinho, tendo ocorrida sua instalação em janeiro de 1997 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, 2019; IPARDES, 2019).

Atualmente a área total do município compreende 503,23 km², ficando a uma distância de 400 km de Curitiba, capital do Estado do Paraná (IPARDES, 2019). Esta mesma fonte aponta que o grau de urbanização, em 2010, em Marquinho é de 10,52%, com uma densidade demográfica de 8,75 habitantes por km² no ano de 2019 e uma taxa bruta de natalidade em 2018 de 14,53 pessoas por mil habitantes.

Na próxima seção são apresentadas informações de Marquinho no que diz respeito aos aspectos sociais.

4.1.1 DIMENSÃO SOCIAL

Nessa seção são apresentadas características da população de Marquinho, destacando seu desenvolvimento no período analisado a partir de 2000 a 2018. São apontadas outras características sociais do município como o índice de desenvolvimento, dados sobre saúde, educação, saneamento básico, acesso à água, energia elétrica, esgotamento sanitário, coleta de lixo e dados estes que corroboram a informação de que o município faz parte de um dos territórios mais pobres do Estado do Paraná. Nesta seção também são apresentadas informações sobre a presença da agricultura familiar no espaço rural de Marquinho, considerando esta importante nas características sociais e econômicas.

Considerando que o município de Marquinho se emancipou em 1994, o primeiro censo demográfico com esta divisão, foi o de 2000, quando a população total correspondia a 5.659 habitantes, dos quais 568 viviam na cidade e os demais 5091 moradores viviam no meio rural. Nas estimativas de população, realizadas pelo IBGE, e cujas informações estão disponíveis no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), é possível constar que em 2001 a população total estimada era de 5.661 habitantes, números que foram declinando ano após ano, sendo que em 2005 estes números eram de 5.623 pessoas.

No censo demográfico de 2010 a população estava em 4.981 habitantes, dos quais 524 residiam no meio urbano e o restante (4.457) no meio rural. Nas estimativas para 2011 a previsão era de que houvessem de 4.929 moradores no município, em 2015 de 4.871 e em 2019 de 4.405 habitantes. Comparando a evolução populacional total entre o primeiro ano da série (2000) e o último (2019) foi um declínio de 22,16%, o que representa uma perda de aproximadamente um quarto da população no período de 18 anos.

Na Tabela 1 estão apresentadas informações censitárias sobre a evolução da população considerando sua distribuição por local de domicílio e por gênero.

Tabela 1 - População, município de Marquinho, 2000 e 2010

POPULAÇÃO	URBANO	RURAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
População em 2000	568	5.091	2.947	2.712	5.659
População em 2010	524	4.457	2.612	2.369	4.981

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IPARDES, 2019.

A partir da tabela 1 pode-se perceber como a população de Marquinho se comporta entre os dois períodos. Inicialmente cabe destacar que entre o ano de 2000 e 2010 a população total do município diminuiu em 11,98%. Em seguida observa-se que a população rural é predominante no município, de modo que no ano de 2010 o percentual de habitantes do município que tem seu domicílio no campo é de 89,48 %. Quanto à população do meio rural os

dados indicam que em 2010 vivem na cidade 10,52% da população total enquanto em 2000 este percentual era de 10,04%.

Em relação à distribuição da população por gênero, verifica-se que há um percentual mais elevado de homens nos dois períodos. No ano de 2000 a população masculina correspondia a 52,01% da totalidade, enquanto, em 2010 este percentual passou a ser de 52,44% de habitantes do sexo masculino.

A população residente no município de Marquinho ocupa um total de 1.432 domicílios permanentes no ano de 2010 sendo que 165 destes domicílios estão localizados no meio urbano e 1.267 no meio rural. Ao relacionar o número de habitantes com o número de domicílios constata-se que há uma média de 3,18 habitantes no meio urbano enquanto no meio rural esta média por domicílio é de 3,52 habitantes.

Na Tabela 2 constam os dados sobre número de estabelecimentos agropecuários existentes nos anos de 2006 e 2017, com base no Censo Agropecuário do IBGE⁵.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e área ocupada no meio rural do Município de Marquinho, entre agricultores familiares e não familiares, 2006 e 2017

Período	Agricultores Familiares		Agricultores Não Familiares	
	número de estabelecimentos	área ocupada (em hectares)	número de estabelecimentos	área ocupada (em hectares)
2006	843	14.504	191	32.849
2017	694	12.693	236	36.641

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Agropecuário IBGE, 2019.

Considerando que 89,48% da população de Marquinho vive no meio rural, procurou-se verificar o número de estabelecimentos agropecuários existentes, área ocupada, bem como sua distribuição entre agricultores familiares e não familiares. No Censo Agropecuário de 2006 o levantamento apontava para um total de 47.353 hectares sendo utilizados pelos 1.034 estabelecimentos agropecuários ali existentes naquele ano. Da totalidade de área, 14.504 hectares (30,63%) eram ocupados pela agricultura familiar, área distribuída entre 843 estabelecimentos (81,53%) deste grupo, o que resultava em uma média de 17,21 hectares por estabelecimento. A título de comparação a área média ocupada pelos estabelecimentos não familiares correspondia a 171,98 hectares (32.849 hectares para 191 estabelecimentos).

⁵ Estas informações estão sendo apresentadas na dimensão social por compreendermos que indicam informações importantes sobre como se organiza a sociedade no meio rural de Marquinho, ainda que possam ser compreendidas como econômicas também.

Em 2017 a área total dos 930 estabelecimentos agropecuários existentes em Marquinho correspondia a 49.333,96 hectares. Os 694 estabelecimentos da agricultura familiar (74,62%) ocupavam 12.693 hectares (25,73%), utilizando uma área média de 18,29 hectares por estabelecimento. A título de comparação, a área média ocupada nos 236 estabelecimentos não familiares era de 155,26 hectares (área total de 36.640,96 hectares).

Se nos dados do censo demográfico, no período entre 2000 e 2010 é apontado um declínio populacional de 11,98% no município de Marquinho, no censo agropecuário, analisando o período de 2006 e 2017 houve uma redução de 10,06% no número de estabelecimentos, mas um aumento em 4,2% na área total ocupada pelos estabelecimentos.

Cabe ainda destacar que na agricultura familiar o número de estabelecimentos diminuiu em 17,67% e a área ocupada reduziu em 12,49%, enquanto o número de estabelecimentos da agricultura não familiar aumentou em 37,7% e a área ocupada cresceu em 11,54%. Mesmo que ainda exista um predomínio significativo na presença de agricultores familiares no meio rural de Marquinho, equivalente em 2017 a 74,62% do total de estabelecimentos, a evolução entre 2006 e 2017 é desfavorável para esta categoria.

Ainda buscando apontar para a importância da agricultura familiar no município Marquinho, observou-se que no ano de 2019 há 256 agricultores com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativas, entretanto 927 agricultores estão com a DAP inativas. Tendo em vista que a DAP é um meio pelo qual agricultores familiares acessam políticas públicas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) observa-se que há um número significativo de agricultores familiares que em 2019 não tiveram condições de acessar quaisquer das políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar. Utilizando o número de estabelecimentos familiares informados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2017, no qual havia 694 estabelecimentos familiares observa-se que o número de cadastros existentes no município corresponde a 1 para cada 2,71 estabelecimentos familiares.

Neste contexto a presença de agricultores familiares, buscou-se observar informações referentes ao índice de desenvolvimento humano no município, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano, município de Marquinho, 1991, 2000 e 2010

Período	IDHM Dimensão Educação	Esperança de vida ao nascer	IDHM Longevidade	Renda per capita média	IDHM Dimensão Renda	IDHM
1991	0,042	66,59	0,693	100,17	0,406	0,228
2000	0,211	68,43	0,724	216,85	0,530	0,433
2010	0,463	73,83	0,814	366,30	0,615	0,614

Fonte: Elaborada pela autora a partir do PNUD, 2019.

A tabela 3 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para os anos analisados apresenta evoluções importantes no município de Marquinho. Dentre as dimensões, observa-se que a longevidade ocupa o maior índice em cada um dos três anos analisados, com crescimentos significativos no período e um índice relativamente alto para o ano de 2010. Na dimensão da renda está a segunda posição, enquanto na educação se encontra o pior índice.

No IDHM dimensão educação, comparando apenas os anos de 2000 e 2010 observa-se que este aumenta em 119,43%, o que corresponde a um avanço importante, porém o índice em educação para 2010 (0,463) é ainda muito baixo se comparado ao índice do Estado do Paraná que era de 0,668. No IDHM total para o ano de 2010 (0,614) tem-se um índice ainda considerado baixo, uma vez que o Estado do Paraná no mesmo período apresenta um índice de 0,749.

No que tange à expectativa de vida da população de Marquinho constata-se que entre os anos de 2000 e 2010 os habitantes passaram a viver, em média, 5,4 anos adicionais, aspectos que contribuiram para um IDH na dimensão longevidade de 0,814. Neste índice observa-se a maior proximidade com os dados do Estado do Paraná, que no mesmo período correspondiam a 0,830.

A disponibilidade de serviços na área da saúde pode contribuir para explicar o aumento na longevidade. Neste sentido, cabe destacar que o município, em 2005 dispunha de 1 estabelecimento de saúde (SUS ambulatorio) enquanto no ano de 2009 aumentou para 2 estabelecimentos de saúde (SUS ambulatorio), sendo um localizado na cidade e outro no interior, mantidos os dois pelo governo municipal com recursos do SUS (IBGE, 2019).

Um outro índice que está relacionado ao desenvolvimento é aquele que aponta para a desigualdade existente no município, informações que estão disponíveis na Tabela 4.

Tabela 4 - Índice de desigualdade, município de Marquinho, 2003

Local	Incidência da pobreza (%)	Índice de Gini
Marquinho	41.16	0.38
Paraná	39.07	0.47

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Com base na Tabela 4, no ano de 2003, havia um percentual de 41,16% de pessoas residentes em Marquinho que eram considerados pobres. Este percentual está acima do percentual de pobreza média no Estado do Paraná.

Já o Gini em 2010 tem um índice de 0,5097, com um aumento considerável sendo que demonstra que aumentou a desigualdade em Marquinho, além de ter desigualdade na renda domiciliar per capita, o índice permaneceu mais baixo do que no estado do Paraná sendo que o índice do estado em 2010 é de 0,5416. Mas em 2003 o índice de Gini era menor do que o estado do Paraná, sendo que houve um aumento de 26,45% da desigualdade no município (IPARDES, 2019).

O índice da pobreza comparado com o Território Cantuquiriguaçu no ano de 2000 de 41,9%, teve uma melhora de 0,74%, mas permanecendo com um índice alto comparado com a média no Estado do Paraná era de 20,9% no ano de 2000 (IPARDES, 2007).

Em 2010 havia 46,9% dos domicílios que eram considerados inadequados para moradia, uma vez que o saneamento era precário, sendo que no meio rural a precariedade era ainda maior, correspondendo a 53,1%. Já os domicílios semi-adequados representam 51,3% das moradias tanto no urbano quanto no rural. Os domicílios que podem ser considerados adequados no município são apenas 1,7% do total, indicando que as condições de acesso ao saneamento básico no município são péssimas. Em relação às condições de saneamento, na cidade, em 2010, existiam 2 (dois) esgotos a céu aberto, com apenas 5% das moradias possuindo esgotamento sanitário (PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO, IBGE, 2019).

No ano de 2010, segundo IPARDES (2019) dos 1.432 domicílios particulares permanentes existentes no município, 1.374 (95,95%) eram abastecidos com água canalizada e 1.402 (97,90%) contavam com energia elétrica. Os domicílios que dispunham de esgotamento sanitário (banheiro ou sanitário) eram 1.390 (97,07%) enquanto apenas 679 (47,42%) contavam com a coleta de lixo.

Outra característica ainda diz respeito ao tratamento de água, sendo que há uma estação, na qual é efetuado o tratamento médio de 150 m³ água por dia, abastecendo o perímetro urbano

e algumas comunidades próximas da cidade. Informações indicam que no ano de 2008 eram abastecidas 648 unidades, das quais 503 eram economias residenciais ativas.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 (IPARDES, 2019) apontam que 1403 habitantes tinham até 14 anos (28,17% do total da população) e 503 com idade entre 15 e 19 anos (10,10% da população), assim a população com idade até 19 anos perfaz mais de um terço do total da população do município, considerando os dados daquele ano. Cabe então verificar como é a disponibilidade de serviços na área da educação, desde o ensino infantil até o ensino médio. A Tabela 5 traz os dados sobre número de escolas existentes no município desde a educação infantil até o ensino médio.

Tabela 5 - Escolas, município de Marquinho, 2005 a 2018

Período	Ensino infantil	Creche	Pré-escolar	Ensino fundamental	Anos iniciais	Anos finais	Ensino médio
2005			1	5			1
2010	1	1	1	5	4	1	1
2015	1	1	1	6	4	2	1
2018	4	1	4	6	4	2	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

No município há em funcionamento 22 escolas que atuam desde o ensino infantil até o ensino médio, sendo que todas estas escolas são públicas (municipais ou estaduais). É possível observar que a primeira grande evolução foi entre 2005 e 2010 em termos de oferta de unidades escolares. Já após 2015 é possível constatar que aumentaram os investimentos para atender maior número de crianças em escolas de educação infantil, creche e pré-escola. Cabe destacar que, apesar de 89,48% da população de Marquinho viver no meio rural, a única escola de nível médio está localizada no meio urbano, tornando necessário o deslocamento dos estudantes do meio rural para a cidade para poderem realizar seus estudos. No meio rural há somente uma escola de ensino fundamental em funcionamento, na localidade de Alto do Cobre.

Nas 22 escolas existentes em Marquinho, atuam 147 professores, perfazendo uma média de 6,68 docentes por escola. Na Tabela 6 estão apresentadas as informações sobre a distribuição desses 147 docentes por nível escolar.

Tabela 6 - Professores nas escolas, município de Marquinho, 2005 a 2018

Período	Ensino infantil	Creche	Pré-escolar	Ensino fundamental	Anos iniciais	Anos finais	Ensino médio
2005			2	69			20
2010	8	6	2	61	29	34	18
2015	8	5	3	54	23	35	24
2018	12	4	8	48	20	31	24

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Em relação aos professores, a Tabela 6 indica que o número maior está no ensino fundamental, sendo este o nível no qual estão matriculados mais estudantes conforme dados da Tabela 7.

Tabela 7 - Matrícula de alunos nas escolas, município de Marquinho, 2005 a 2018

Período	Ensino infantil	Creche	Pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio
2005			56	1208	210
2010	84	58	26	1035	266
2015	137	81	56	778	232
2018	181	69	112	687	194

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Os dados do censo escolar (IBGE, 2019) apontam que em 2018 estão matriculados 1.243 estudantes desde o ensino infantil até o ensino médio. Os dados da Tabela 7 indicam que houve crescimento no número de estudantes da educação infantil, creches e pré-escola, enquanto no ensino médio e fundamental houve declínio, sendo neste último a maior taxa de redução, correspondendo a 56,87% no período de 2005 a 2018. O aumento no número de alunos matriculados na educação infantil e na pré-escola está diretamente relacionado ao aumento no número de escolas neste nível, conforme ilustrado na Tabela 5 que apresenta número de escolas existentes no município, sendo estes os níveis que tiveram aumento na quantidade de unidades escolares. Porém, o declínio no número de estudantes no ensino fundamental e médio pode estar relacionado à redução no tamanho da população, ou ainda resultante da evasão escolar.

Em termos de educação na Tabela 8 é apresentada a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no período 2005 a 2017.

Tabela 8 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, município de Marquinhos, 2005 a 2017

Período	Municipal	Estadual
2005	3.8	3.1
2007	3.9	4.0
2009	4.6	4.2
2011	5.6	4.2
2013	5.3	4.6
2015	5.7	4.2
2017	5.8	4.0

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

O IDEB tem a finalidade de medir a qualidade do aprendizado para que ocorram melhorias no ensino, havendo metas estabelecidas a nível nacional (MEC, 2019). Os dados apontam que em Marquinhos no período de 2005 e 2017 houve um aumento expressivo no índice das escolas municipais e um aumento mais modesto nas escolas estaduais. Conforme MEC (2019) no ensino médio a escola existente obteve nota 3,8 no IDEB de 2017, sendo que a nota média do Estado do Paraná foi de 4,6 indicando que a qualidade da educação em Marquinhos, no ensino médio precisa melhorar bastante para chegar ao índice projetado como meta pelo MEC até 2022, ou seja, nota 6. Observando os índices para os anos iniciais, em 2017, a média em Marquinhos foi de 5,8 enquanto no Estado do Paraná para o mesmo nível nas escolas públicas foi de 6,3. Já no registro de anos finais os estudantes de Marquinhos obtiveram nota 4 enquanto no Paraná a média foi 4,6. Nestes dois últimos níveis os resultados estão mais próximos da média estadual.

Uma última observação na dimensão social apresenta, na Tabela 9 informações sobre o acesso, no município, ao Programa Bolsa Família, o qual atua para reduzir a pobreza e desigualdade no país e existe desde 2003 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Tabela 9 - Beneficiados com o Bolsa Família, município de Marquinhos, 2013, 2016 e 2018

Período	Beneficiados com Bolsa Família
2013	599
2016	577
2018	539

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Portal da Transparência, 2019.

De acordo com informações da Tabela 4, no ano de 2003 havia 41,16% de habitantes considerados pobres no município de Marquinho. Assim, um dos resultados é a demanda pelos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF). Utilizando a estimativa populacional do IBGE (2019) para os três anos, tem-se que 12,06% da população de Marquinho acessava o PBF em 2013, reduzindo para 11,96% em 2016 e voltando a ser de 12,05% em 2018. Assim, se tomarmos como dado comparativo a informação da Tabela 4 que apresenta os indicadores de desigualdade, na qual está informado que 41,16% da população do município no ano de 2003 era considerada pobre, o percentual daqueles que acessam o PBF ainda é bastante inferior.

Já no ano de 2019 o número de beneficiários aumentou para 948 que recebem o bolsa família, correspondendo a 21,53% da população total (considerando a estimativa populacional, conforme IBGE, 2019). Destes beneficiários, destaque-se que apenas 37 famílias de agricultores familiares recebem o bolsa família no município (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

As informações da dimensão social indicam que as condições de vida da população de Marquinho não estão adequadas para que seja possível apontar a existência de desenvolvimento neste local, seja no que tange ao espaço rural ou urbano. Na busca de complementar a caracterização de Marquinho, na próxima seção estão apresentadas informações sobre a dimensão econômica no município de Marquinho.

4.1.2 DIMENSÃO ECONÔMICA

Na dimensão econômica, são apresentadas informações que caracterizem o dinamismo que existe no município de Marquinho, com o objetivo de apontar qual o nível de desenvolvimento existente neste local, considerando as atividades desenvolvidas no meio urbano e no rural, lembrando que os dados da Tabela 1 apontam que no ano de 2010 um percentual de 89,48% da população vivia no campo.

As primeiras informações desta seção apontam para o Produto Interno Bruto do município, indicando como estão distribuídas as atividades econômicas nos grandes grupos: agropecuária, indústria, serviços e administração pública. Na Tabela 10 constam estes dados no período de 2010 a 2016.

Tabela 10 - PIB série revisada (em valores atualizados para o ano de 2018)⁶, município de Marquinho, 2010 a 2016 (em milhões de R\$)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2010	17758	1423	6162	11832
2011	15532	1502	6666	13204
2012	16567	1635	7019	13802
2013	26176	1839	9276	15671
2014	29940.19	2334.56	11873.34	17532.96
2015	31179.12	2625.39	13109.77	19470.19
2016	36667.18	2608.33	15194.85	21946.23

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019

De acordo com a Tabela 10 os dados apontam que a agropecuária de Marquinho é a principal atividade econômica, seguida pelos resultados da administração pública e serviços enquanto a indústria tem uma presença pouco relevante. Estes dados são coerentes com a informação de que 89,48% da população (no ano de 2010) vivia no meio rural, sendo então o município predominantemente rural em suas atividades econômicas.

Procurando caracterizar as atividades agropecuárias, na sequência são apresentadas informações sobre a produção agrícola, pecuária e de extração vegetal, sendo que na Tabela 11 as informações são sobre produção agrícola permanente.

⁶ Os valores monetários foram atualizados para o ano de 2018 com a utilização do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Deste modo é possível comparar os valores de modo vertical, ou seja, de um ano para o outro.

Tabela 11 - Produção agrícola permanente, em toneladas, município Marquinho, 2004 a 2017

Período	Indicador	Banana	Abacate	Erva-mate	Laranja	Limão	Pera	Pêssego	Tangerina	Uva
2004	Quantidade produzida	30			250					22
	Valor da produção	3			25					20
	Área colhida	5			8					5
2008	Quantidade produzida			215				18		
	Valor da produção			103				27		
	Área colhida			21				2		
2012	Quantidade produzida	30	30	23	110	9	11	4	9	6
	Valor da produção	12	12	11	31	8	15	6	3	12
	Área colhida	2	2	9	6	1	1	1	1	1
2016	Quantidade produzida	27			86					12
	Valor da produção	54			87					56
	Área colhida	2			6					1
2017	Quantidade produzida	28			90					13
	Valor da produção	50			95					65
	Área colhida	2			6					1

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário, 2019.

No período analisado é possível observar que as culturas de uva, laranja e banana são aquelas nas quais há dados para a maior parte do período, sendo que a produção de laranja se destaca como maior em volumes produzidos, valor da produção e área colhida em hectares. Nos dados originários da tabela 11 é possível observar que entre 2009 e 2012, com exceção de abacate e erva-mate, todas as demais culturas eram produzidas no município. Não foi possível descobrir os motivos pelos quais os agricultores de Marquinho deixaram de produzir limão, pera, pêssego e tangerina. As informações da tabela 11 indicam para uma diversidade produtiva importante na lavoura permanente, aspectos que provavelmente estão relacionados às elevadas taxas de agricultores familiares no município.

Em relação à produção agrícola nas lavouras temporárias a Tabela 12 apresenta as informações das atividades desenvolvidas no município.

Tabela 12 - Produção agrícola temporária, em toneladas, município de Marquinhos, 2004 a 2017

Período	Indicador	Amendoim	Aroz	Aveia	Batata-doce	Batata-inglesa	Cana-de-açúcar	Cebola	Feijão	Fumo	Mandioca	Milho	Soja	Tomate	Trigo	Triticale
2004	Quantidade produzida	4	575	32	560	24	1250	12	1109	56	1870	55185	3960		54	
	Valor da produção	2	380	6	168	7	38	2	1081	190	524	14624	2705			
	Área colhida	2	250	40	28	3	25	2	1180	30	110	12800	1800			
2008	Quantidade produzida	8	102		350	17	1060	18	528	152	740	33550	4736	45	904	
	Valor da produção	8	61		207	7	106	9	1092	836	126	12749	3741	35	389	
	Área colhida	5	50		15	2	18	3	350	80	40	5750	1650	1	400	
2012	Quantidade produzida	2	36	108		12	2003	6	315	118	219	6661	4464	30	550	44
	Valor da produção	3	18	33		5	108	3	472	582	47	2522	3586	34	237	13
	Área colhida	2	30	90		1	45	1	280	60	15	1390	2400	1	250	20
2016	Quantidade produzida	1	17			9	2241	21	400	84	209	3984	18302	29	2695	14
	Valor da produção	2	16			15	150	37	1657	353	94	2281	20266	63	1571	5
	Área colhida	1	15			1	54	2	310	35	15	600	6050	1	700	5
2017	Quantidade produzida	1	11	20		9		8	441	41	219	4668	20010	31	1140	10
	Valor da produção	2	12	5		3		4	843	348	364	1663	18873	36	630	5
	Área colhida	1	10	10		1		1	300	20	15	700	5800	1	600	5

Fonte: elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário, 2019.

As culturas com maiores volumes de produção, valor da produção e área colhida são milho, soja, feijão e trigo. Cabe destacar que apesar destas culturas concentrarem os maiores volumes, há uma diversidade de culturas desenvolvidas no período observado. As atividades de amendoim, arroz, batata-inglesa, cebola, fumo, mandioca e tomate apresentam regularidade na produção, podendo ser uma indicação de diversificação produtiva, a qual pode estar relacionada à agricultura familiar existente no meio rural do município, ainda que a tendência da monocultura das commodities (milho, soja, trigo) sejam predominantes.

Ainda no que tange à produção agropecuária, na Tabela 13 constam informações sobre a produção pecuária de Marquinhos, apresentando a quantidade de produção e os animais que destacam-se na economia, além da quantidade das vacas ordenhas no município.

Tabela 13 - Efetivos da Pecuária (em número de unidades e kg para mel de abelha), município de Marquinhos, 2004 a 2017

Período	Galináceo	Equino	Muões	Caprino	Ovino	Bovinos	Vaca ordenhada	Suínos	Mel de abelha
2004	90.400	4.840	300	100	2.800	49.620	3.420	9.220	14.300
2008	49.769	4.100	290	500	3.300	61.300	3.600	7.480	19.800
2012	25.500	1.610	185	900	1.500	55.200	5.000	3.270	7.700
2016	23.200	1.328		1.113	1.211	57.620	6.471	1.501	5.000
2017	23.300	600		300	400	55.700	5.440	1.900	5.200

Fonte: Elaborado pela autora a partir do censo agropecuário, 2019.

Em relação à pecuária no município de Marquinho os bovinos e galináceos são os animais com maiores quantidades em todos os anos da série. No caso dos bovinos as vacas ordenhadas são um desdobramento destes de efetivos, sendo que este grupo apresentou elevação no número existente ao comparar os anos de 2004 e 2017. Os galináceos, no ano de 2017, eram criados em 664 estabelecimentos, sendo que em 464 são produzidos ovos. Suínos, vacas ordenhadas e equinos são um segundo grupo de maiores quantidades criadas. Entretanto, é possível observar que galináceos, equinos, ovinos e suínos apresentaram queda na quantidade produzida. Estes dados indicam que no período considerado há uma tendência à redução na diversificação produtiva e um aumento na produção de forma mais intensiva bovinos e leite. Na produção de mel de abelha cabe destacar o declínio no volume produzido, que foi de 63,63% entre 2004 e 2017.

Além dos animais existentes na produção pecuária já ilustrados na tabela 13, também são cultivados em volumes significativos carpa, tilápia e bichos da seda, cujas informações estão na Tabela 14 Ainda nesta ilustração é apresentado o volume produzido de leite bem como o valor da produção oriundo deste e dos outros três itens.

Tabela 14 - Características de produção na pecuária, município de Marquinho, 2011 a 2017 (em kg, casulos e litros)

Período	Indicador	Carpa	Tilápia	Bicho da seda	Leite de vaca
2012	Quantidade produzida			1.320	10.800
	Valor da produção			13.000	8.640
2014	Quantidade produzida	2.400	9.500	6.000	12.775
	Valor da produção	11.000	38.000	68.000	11.753
2016	Quantidade produzida	2.090	7.000	1.578	15.000
	Valor da produção	9.614	27.790	26.000	17.250
2017	Quantidade produzida	2.000	7.500	1.266	14.650
	Valor da produção	9.400	30.750	22.000	15.383

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Agropecuário, 2019.

Observa-se pela Tabela 14 a produção de leite em Marquinho aumentou no período de 2012 a 2017, sendo equivalente a 14.650 litros de leite nesse último ano da série. Com base nas informações da Tabela 13 esta produção foi obtida com a ordenha de 5.440 cabeças, atividade desenvolvida em 787 estabelecimentos, conforme IBGE (2019).

Em relação à produção de carpa e tilápia, estes peixes são criados em cativeiro, sendo que as quantidades produzidas de carpa diminuíram em 16,67% entre 2014 e 2017, enquanto que a tilápia teve redução de 21,05% no volume produzido para o mesmo período. Apesar do declínio nos volumes produzidos ainda são significativos estes volumes, indicando para uma relativa diversificação produtiva.

No caso do bicho da seda, observa-se que em 2014 o volume produzido foi 354,55% maior do que em 2012, porém deste último ano até 2017 houve queda de 78,90% na quantidade produzida, voltando a ficar próxima à quantidade produzida em 2012.

Ainda na atividade agropecuária, na Tabela 15 estão apresentadas informações sobre quantidade e valor da produção na extração vegetal.

Tabela 15 - Quantidade e valor da produção na extração vegetal, município de Marquinho, 2004 a 2017

Período	Indicador	Erva-mate (toneladas)	Lenha (m ³)	Madeira em tora (m ³)	Nó de pinho (m ³)
2004	Quantidade produzida	391	6.500	400	15
	Valor da produção	313	49	30	0
2008	Quantidade produzida	350	8.000	125	40
	Valor da produção	158	98	13	1
2012	Quantidade produzida	30	5.200	1.000	
	Valor da produção	14	104	90	
2016	Quantidade produzida	100	5.200		
	Valor da produção	103	159		
2017	Quantidade produzida	40	5.600		
	Valor da produção	38	171		

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário, 2019.

A extração vegetal no município se destaca pela produção de lenha e erva mate. No caso da lenha são cultivados pinho, eucalipto e pinus, sendo que a quantidade produzida teve uma redução no período 2004 a 2017, de 13,85%. A quantidade produzida de erva mate apresenta irregularidade na sua evolução, sendo que em 2012 a produção é baixa em comparação com os anos anteriores, o que se repete em 2017. Os resultados destas reduções nos volumes produzidos são reduções nos ingressos financeiros a partir de quedas no valor da produção.

Considerando que 89,48% da população de Marquinho, segundo o último censo demográfico (2010) vive no meio rural e que em 2017 a agricultura familiar respondia por 74,62% dos estabelecimentos agropecuários do município, procurou-se verificar o número de

contratos acessados no município via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Na Tabela 16 constam informações do ano de 2012.

Tabela 16 - Contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), município de Marquinho, 2012, 2013 a 2018

PERÍODO	ATIVIDADE	CONTRATO	VALOR DO CUSTEIO (R\$)
2012	Agrícola	102	1.151.256,54
	Pecuária	30	389.669,00
2013 a 2018	Agrícola	490	8.841.841,02
	Pecuária	197	4.332.306,16

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Banco Central, 2019.

Conforme indicam os dados da Tabela 16 no ano de 2012 foram acessados 132 contratos que somaram um total financiado de R\$ 1.540.925,54 pelo Pronaf. Neste ano a média de valor contratado foi de R\$ 11.673,68. Já no período de 2013 a 2018 foram efetuados 687 contratos com um total financiado de 13.174.147,18 pelo Pronaf, o que corresponde a uma média anual de R\$ 2.195.691,00. Neste período, de seis anos a média de contratos anualmente efetuados é de 114,5, resultando em uma média de R\$ 19.176,34 por contrato assinado. Uma vez que os valores dos contratos foram atualizados para o ano de 2018 é possível afirmar que no período mais recente houve um declínio no número de contratos anualmente efetuados via Pronaf, bem como aumentou o valor médio contratado.

O Produto Interno Bruto de Marquinho na indústria e serviços, no ano de 2016 correspondeu a 48,6% do valor que a agroindústria produzia, sendo assim baixa sua participação. Apesar desta baixa presença no município, na sequência procurou-se apresentar informações sobre estas atividades, uma vez que caracterizam o dinamismo econômico existente no meio urbano (ou a ausência deste).

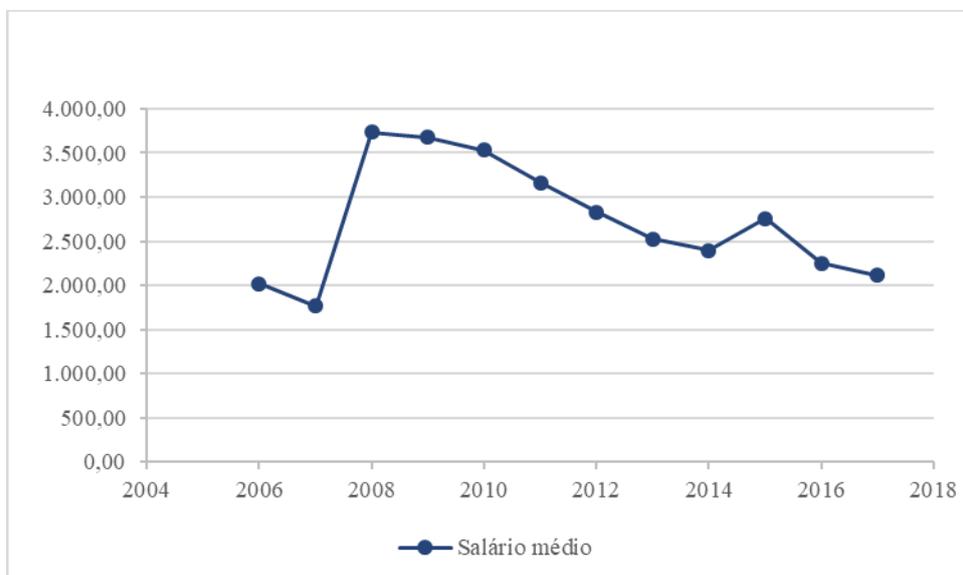
Tabela 17 - Empresas cadastradas, pessoas ocupadas, e remunerações (em R\$ atualizados para 2018) no município de Marquinho, 2006 a 2017

Período	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado total (Pessoas)	Pessoal ocupado assalariado (Pessoas)	Salários e outras remunerações (Mil Reais)
2006	67	250	219	3503,72
2008	67	290	223	4612,47
2010	75	327	245	5352,43
2012	65	294	219	5391,30
2014	69	408	328	7935,81
2016	62	418	348	8881,27
2017	60	431	368	9492,01

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Na tabela 17, o número de empresas existentes no município entre os anos de 2006 a 2017, diminuiu em sete unidades locais. Em contrapartida, o número de pessoas ocupadas e assalariadas aumentou consideravelmente no mesmo período. Em 2006 havia em média 3,73 pessoas ocupadas totais por empresa e 3,23 pessoas ocupadas que eram assalariadas para cada unidade empresarial. Em 2017 são 7,18 pessoas ocupadas e 6,13 assalariadas por empresa. Este crescimento no número de pessoas ocupadas e assalariadas, parece ser resultado do crescimento no tamanho das empresas, ainda que nos patamares de 2017 permaneçam sendo pequenas empresas. A possibilidade de aumento na formalização dos trabalhadores é outra hipótese, entretanto com o crescimento no número total de pessoas ocupadas, ainda que não assalariadas, esta hipótese é menos provável. Independente dos motivos pelos quais as empresas cresceram, o que se observa é maior número de pessoas ocupadas com salários, o que contribui para melhorar a renda das famílias do município.

Gráfico 1 - Salário médio pago no município de Marquinho no período de 2006 a 2017 (em valores (R\$) atualizados para 2018)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

No salário médio pago à população do município no ano de 2006 a 2017, houve um declínio. Sua tendência nos últimos anos foi uma queda gradativamente com o tratamento dos valores em INPC de 2018, pois o salário mínimo tende ter um aumento em cada ano, mas com a inflação o valor real pode cair. Apontado principalmente que em 2006 o salário mínimo era menor na época e em 2008 aumentou influenciando o salário médio no município nesta época. No ano de 2017 o salário médio se destacou superior, mas próximo de R\$ 2.000,00 por pessoa, já em 2006 esse valor era de R\$ 2.000,00, indicando o declínio do salário médio.

Para complementar informações sobre unidades locais em que há pessoas ocupadas, na Tabela 18 são apresentadas informações sobre número de fundações e entidades existentes no município de Marquinho.

Tabela 18 - Fundações e entidades, município de Marquinho, 2010 e 2016

Indicador Número de unidades locais	Período	
	2010	2016
Fundações privadas e associações sem fins lucrativos	14	5
Grupo da classificação		
Assistência social		1
Religião	1	1
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	13	3
Entidades sem fins lucrativos	18	8
Grupo da classificação		
Educação e pesquisa	1	
Assistência social		1
Religião	1	1
Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	14	5
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

As informações sobre associações e entidades apontam como se comporta a cooperação entre os munícipes. Os dados da Tabela 18 mostram que houve uma redução no número de associações e entidades entre 2010 e 2016, de 32 unidades para 13, respectivamente. A partir destes dados já é possível que houve uma diminuição da propensão de pessoas atuarem coletivamente.

Observando cada uma das atividades constata-se que o grupo fundações privadas e associações sem fins lucrativos tinha 14 unidades em 2010 e passou a ter 5 em 2016. A maior redução ocorreu no subgrupo associações patronais, profissionais e de produtores rurais. Neste subgrupo no ano de 2010 havia 13 unidades, passando a ser apenas 3 no ano de 2016.

Já no grupo das entidades sem fins lucrativos a redução foi de 18 para 8 unidades no período analisado. No subgrupo partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais houve o maior declínio no número de unidades, passando de 14 para 5 entre 2010 e 2016. Em relação a esta diminuição não há certezas sobre os motivos que poderão levar a possível diminuição das entidades e fundações, entretanto o que se pode afirmar é de que a representatividade dos setores que foram extintos certamente diminuiu, podendo assim afetar a busca pelos seus interesses.

Outra característica apresentada neste trabalho diz respeito às características dos domicílios no município de Marquinho. Na tabela a seguir se caracteriza o domicílio no município em 2010, sendo demonstrado quais bens móveis e características dos imóveis há nas residências das famílias.

Tabela 19 - Características do domicílio, município de Marquinho, 2010

Características do domicílio	Total no município	Urbano	Rural
Automóvel para uso particular	549	85	463
Geladeira	1234	160	1073
Máquina de lavar roupa	265	94	171
Microcomputador	130	68	62
Com acesso à internet	92	59	33
Motocicleta para uso particular	259	37	222
Rádio	1369	163	1207
Telefone celular	1050	137	912
Telefone fixo	110	61	49
Televisão	1250	158	1092
Alvenaria com revestimento	310	85	225
Alvenaria sem revestimento	93	4	90
Madeira aparelhada	1012	77	935
Madeira aproveitada	5	-	5
Outro material	12	-	12

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

A renda das famílias, bem como suas condições de pobreza impactam nas características dos domicílios. Conforme já apontado, anteriormente, para ano de 2010, havia em Marquinho 1432 domicílios, dos quais 1.267 eram rurais e 165 urbanos. Assim, na Tabela 19 é possível observar como é o acesso desses domicílios aos bens móveis e às condições dos imóveis.

Os bens móveis que maior parte dos domicílios possuía em 2010 eram rádio (95,6%), televisão (87,29%), geladeira (86,17%) e telefone celular (78,24%). Ao mesmo tempo acesso à internet (6,42%), telefone fixo (7,68%), microcomputador (9,08%) eram os bens que menor percentual dos domicílios detinha posse. Cabe destacar que enquanto na maior parte dos bens há uma proporcionalidade maior de domicílios rurais que detém o bem, no caso do acesso à internet, da posse de telefone fixo e de microcomputador, os domicílios do meio urbano é que acessavam estes bens em maior percentual.

Em relação às características dos imóveis o tipo de moradia que se destaca são casas de madeira aparelhada em 70,67% dos domicílios. Enquanto que aquelas que são de alvenaria com revestimento correspondem a 21,65% do total de domicílios do município.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 o número de automóveis para uso particular no município correspondia a 549 unidades. Ao observar as informações sobre a frota de veículos que circula em Marquinho desde 2006 até o ano de 2018 constata-se uma pequena divergência para o ano de 2010, uma vez que os dados da Tabela 20 indicam que em 2010 havia 607 automóveis circulando no município. A tabela apresenta os dados para os diferentes veículos existentes em Marquinho no período mencionado.

Tabela 20 - Frota de veículos, município de marquinho, 2006 a 2018

Período	Automóvel	Caminhão	Caminhonete	Camioneta	Motocicleta	Ônibus	Reboque	Trator de rodas	Utilitário	Outros
2006	378	44	43	96	97	7	2	1	0	9
2007	421	43	77	83	141	8	2	1	0	7
2009	568	58	164	39	230	12	3	1	2	15
2010	607	54	166	40	266	12	2	1	2	16
2011	682	59	169	39	292	12	3	1	2	16
2012	787	59	176	42	325	15	3	1	2	23
2013	874	67	196	44	373	15	3	1	2	25
2014	934	73	239	45	406	17	4	1	1	28
2015	993	70	253	47	415	19	3	1	1	23
2016	1032	75	270	46	437	21	4	1	2	20
2017	1084	83	281	50	457	24	5	1	3	26
2018	1128	88	307	56	468	26	5	1	3	25

Fonte: elaborado pela autora a partir de IBGE, 2019.

A frota de veículos no município aumentou no período considerado, com destaques para automóveis, motocicletas e caminhonetes. A frota de motocicletas praticamente quadruplicou no período, enquanto a de automóveis triplicou nos doze anos da série considerada. Mas o maior aumento foi no número de caminhonetes que cresceu um pouco mais de 7 vezes. Uma consideração importante em relação ao aumento no número de automóveis e motocicletas foram as linhas de crédito facilitadas lançadas a partir de 2009 e que facilitaram a aquisição destes veículos, mas também é provável que tenha melhorado o poder aquisitivo da população no período.

Tomando por base a população residente estimada para o ano de 2018 em Marquinho (IBGE, 2019), que era de 4.472 habitantes, pode-se dizer que neste ano havia aproximadamente um automóvel para cada 4 pessoas, uma motocicleta para cada 10 pessoas e uma caminhonete para cada 15 pessoas. Uma última análise ainda é sobre o aumento no número de ônibus no

município, o qual cresceu cerca de 3 vezes. Nesse caso pode indicar maiores investimentos municipais para o transporte escolar ou ainda a possibilidade de algum empreendimento na área do transporte coletivo, o que é interessante porque pode estar relacionado à geração de trabalho e renda.

Ainda nas análises econômicas procurou-se observar como é a movimentação financeira no município a partir da atuação do governo local. Neste sentido procurou-se observar informações sobre o orçamento público municipal em termos de receitas e despesas. No que tange às receitas procurou-se verificar a origem destas, se são próprias ou obtidas por transferências.

O orçamento no município nos anos que foi coletado os dados disponíveis, mostra como se comporta a arrecadação, a despesa e receita. A tabela 21 a seguir demonstra a receita do município durante os anos de 2006 a 2017.

Tabela 21 - Receitas orçamentárias, município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)

Período	Receitas orçamentárias realizadas	Capital	Contribuição	Correntes	Dívida Ativa
2006	13365,36	399,39	0,00	14365,85	8,07
2008	16139,90	0,00	0,00	18289,40	18,66
2009	14980,70	646,61	66,59	16398,33	0,00
2013	65953,07	305,37	191,56	65647,70	0,00
2015	47889,29	1035,97	201,87	46852,73	3,17
2016	100631,78	4105,70	331,74	96526,08	3,20
2017	33824,36	367,11	121,83	33476,58	8,39

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

As receitas orçamentárias no município de Marquinho tiveram um aumento considerável a partir de 2013, uma vez que nos anos de 2006, 2008 e 2009, tiveram um valor baixo. A dívida ativa do município aumentou no ano de 2017. As receitas correntes apontam um aumento da arrecadação de impostos, taxas e contribuições no município e os repasses feitos pelo Estado ou União, já nas receitas de capital destacou-se o ano de 2016 com um salto de 86,71% em relação ao ano anterior. Este aumento ocorreu por meio de empréstimos efetuados para atender as despesas, sendo que em 2017 as receitas caem inclusive para patamares menores aos do ano de 2015.

Tabela 22 - Despesas orçamentárias, município de Marquinho, 2009 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)

Período	Despesas orçamentárias				
	Empenhadas	Correntes	Pessoal e encargos sociais	Juros e encargos da dívida	Outras despesas correntes
2009	14.670,53	12.415,28	5.828,26	-	6.383,75
2013	15.220,91	13.737,93	5.900	85,67	7752,44
2015	20.337,22	15.239,77	7.730,59	184,65	7.324,55
2016	20.606,94	15.983,36	8.232,88	326,49	7.423,98
2017	18.472,38	15.705,23	8.721,18	234,08	6.749,97

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Nas despesas orçamentárias o destaque é para os valores das despesas empenhadas, correntes e pessoal e encargos sociais. As despesas praticadas pelo município apontam que em cada ano houve um aumento em gastos feitos em cada indicador na tabela acima. Comparado com a receita do município demonstra o quanto que o município gasta com as despesas orçamentárias, com um aumento no ano de 2015 sobre a dívidas empenhadas e os juros e encargos da dívida. As despesas correntes no município apontam que houve um aumento nas manutenções de equipamentos e no funcionamento do setor público, uma vez que comparando-se as receitas e as despesas orçamentárias, a diferença no ano de 2016, por exemplo, é significativa.

Para analisar as condições econômicas de geração de recursos públicos no município de Marquinho, nas próximas tabelas são apresentadas informações sobre impostos arrecadados pelo ente municipal e as transferências recebidas da União e da Unidade da Federação. Iniciando na tabela 23 as informações sobre arrecadação de impostos de competência municipal.

Tabela 23 - Impostos arrecadados, município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)

Período	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	Imposto Sobre Serviços - ISS	Imposto sobre Transmissão- Intervivos - ITBI
2006	48,41	151,28	185,57
2008	41,05	199,65	145,54
2009	52,57	91,12	108,64
2013	51,47	191,21	665,30
2015	58,84	482,99	181,08
2016	36,45	227,10	143,24
2017	71,77	283,79	121,67

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Os impostos arrecadados no município com os dados coletados no IBGE (2019), destacou que houve um aumento a partir do ano de 2013. A participação mais significativa foi do Imposto Sobre Serviços (ISS), tendo um aumento no ano de 2013, mas com uma baixa em 2016 de 52,98% comparando com o ano anterior (2015) e com leve aumento em 2017 de 19,97% no ISS, demonstrando assim um aumento da participação do setor de serviços no município.

Os impostos tiveram flutuações nos valores arrecadados como o Imposto sobre a Propriedade e Territorial urbana no ano de 2015 houve um aumento na taxa do imposto arrecadado de terrenos e casas. O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis inter-vivos (ITBI) representa a venda de casas e terrenos no município de Marquinho, sendo que houve uma variação dos valores de venda e indicando assim em 2017 houve um declínio nas vendas de casas, apartamentos e terrenos. As vendas podem apontar que parte da população está saindo do município. Mas a principal constatação que a tabela 23 confirma é da baixíssima participação dos impostos de competência municipal na geração de receitas para o município, de modo que no ano de 2017 estes três tributos somados correspondiam a 1,41% das receitas orçamentárias de Marquinho.

Assim, por não ter fontes próprias de receitas que sejam significativas para o município, há uma dependência em relação às transferências. Neste sentido um importante recurso é oriundo do Fundo de Participação dos Municípios, cujos valores repassados para Marquinho no período de 2006 a 2017 estão apresentados na Tabela 24.

Tabela 24 - Fundo de participação do Município, município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)

Período	Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	Valor do Imposto Territorial Rural - ITR
2006	6882,38	30,26
2008	8702,48	46,65
2009	7524,52	54,32
2013	9741,67	65,02
2015	9165,42	74,16
2016	9419,90	68,63
2017	8389,32	73,51

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Comparando a receita orçamentária do município (tabela 21) com as transferências do FPM, observa-se que praticamente 25% dos recursos, no ano de 2017, são originários deste Fundo, demonstrando a importância para a gestão municipal destes valores. Já no caso do ITR, apesar de haver 930 estabelecimentos agropecuários (no ano de 2017). Se for considerada esta totalidade, teremos um valor médio de imposto por estabelecimento de R\$ 79,00 e ainda que sejam considerados somente os 236 estabelecimentos não familiares o valor corresponderia a R\$ 311,48 no ano de 2017.

Tabela 25 - Impostos repassados pelo Estado, município de Marquinho, 2006 a 2018 (em R\$ atualizados para 2018)

Período	ICMS		IPVA	Royalties Petróleo	Fundo de Exportação	Total Líquido
	Repasso Bruto	Repasso Líquido				
2006	R\$2.337.385,69	1.976.074,38	69.205,96	1590,39	59.958,40	2.106.829,13
2010	R\$2.708.006,29	2.166.405,38	146.064,55	0,00	49.936,18	2.362.406,10
2014	R\$3.652.046,90	2.921.637,81	226.534,85	1329,71	47.053,97	3.196.556,34
2018	R\$3.958.779,93	3.167.024,13	320.836,17	975,51	54.973,52	3.543.809,33

Fonte: Elaborado pela autora a partir do SIAF, 2019.

A fonte orçamentária proveniente dos impostos repassados pelo Estado para o município indica outra importante origem para as receitas municipais, correspondendo a aproximadamente 10% do total das receitas orçamentárias municipais. Os repasses líquidos de Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o município feito pelo Estado, teve um aumento de R\$ 1.190.949,75 do ano de 2006 a 2018. Como consequência do aumento da frota de veículos (apresentado na Tabela 20) o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aumentou consideravelmente no município.

De modo complementar ainda a Tabela 26 apresenta outros repasses efetuados pela União e Estado para complementação das receitas municipais.

Tabela 26 - Repasses da União e Unidade da Federação ao município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)

Período	União	Unidade da Federação	Tributárias	Outras receitas correntes
2006	8262,08	2557,69	550,67	14,12
2008	10723,24	3123,49	556,03	26,12
2009	9874,40	2779,20	385,51	143,69
2013	11621,27	3865,48	1067,13	22,22
2015	11189,50	4834,55	938,93	22,41
2016	11550,47	5148,28	695,72	6,28
2017	10647,67	5473,67	806,76	23,14

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Utilizando o valor da receita orçamentária no ano de 2017 (apresentado na Tabela 21) igual a R\$ 33.824.360,00 comparando com as receitas próprias de Marquinho (responsáveis por 1,41% da arrecadação), mais as transferências do FPM e ITR (25% do total da receita para o ano considerado), adicionando as transferências do Estado (em torno de 10%) chega-se a aproximadamente 37% do total das receitas orçamentárias, observando o ano de 2017. Assim, ainda faltamos demais 63% de recursos.

Na tabela 26 tem-se outra importante fonte de recursos para o município. Observando o ano de 2017 verifica-se um repasse que corresponde a 50% do total das receitas orçamentárias municipais. Assim, ainda há 13% que precisam ser complementadas por outras fontes, tais como emendas parlamentares ou financiamentos.

Tabela 27 - Transferências e patrimonial, município de Marquinho, 2006 a 2017 (valores x 1000, atualizados para 2018)

Período	Patrimonial	Taxas	Correntes
2006	78,67	14,12	13702,22
2008	115,68	24,26	17561,70
2009	59,58	19,28	15737,70
2013	70,90	17,73	18787,82
2015	316,91	27,69	20737,53
2016	243,50	25,94	22207,45
2017	173,00	38,88	21374,66

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

As receitas realizadas no município referentes ao patrimonial, taxas e correntes são significativas a partir do ano de 2015 e, além que as transferências correntes tem uma participação mais ativa com um valor de R\$ 316,91(mais x 1000) em que no ano de 2009 foi apenas de R\$ 59,58, com um aumento de 81,19% no patrimonial. Sendo que as transferências correntes do município de Marquinho são arrecadas de impostos, taxas e contribuições tanto municipais como do Estado ou da União, demonstrando assim que houve um aumento na arrecadação de impostos no município, demonstrado nos indicadores acima. Além de que a receita patrimonial houve variações nos anos de 2006 e 2017 em 54,53%, pois são recursos da venda de bens mobiliários do patrimônio público.

Na continuidade desta pesquisa são apresentadas as características socioeconômicas do município de Palmital.

4.2 MUNICÍPIO DE PALMITAL

A história do município de Palmital, se iniciou com a vinda de famílias, a partir de meados do ano de 1920, sendo a primeira a família de Maximiliano Vicentin, vinda de Santa Maria do Oeste abrindo picadas e se estabelecendo no local que atualmente é Palmital, Esta família foi homenageada com o nome na primeira rua construída no município.

A origem do nome do município de Palmital está ligada ao fato de que existia palmito, onde originou-se a sede do município. Os primeiros habitantes desenvolveram a produção de milho e a extração da erva-mate, além de, desenvolveram com o passar dos anos outras

atividades agrícolas e pecuárias. Atualmente é realizada a festa do milho todos os anos no município e existem 33 associações de agricultores com apoio do município (PREFEITURA DE PALMITAL, 2019).

Segundo dados da Prefeitura de Palmital (2019) o município se encontra na região centro oeste Do Paraná, com uma área de 75.400 hectares, ficando a 384,65 km de distância da capital Curitiba/PR. A densidade demográfica em 2019 é de 16,11 habitantes por km² (IPARDES, 2019; PREFEITURA DE PALMITAL, 2019). Esta mesma fonte aponta que o grau de urbanização, em 2010, em Palmital é de 49,8%, havendo uma taxa bruta de natalidade em 2017 de 4.61 pessoas por mil habitantes.

Para caracterizar o município nesta seção são apresentadas informações sobre as dimensões social e econômica.

4.2.1 DIMENSÃO SOCIAL

Nesta seção são abordadas as características do município de Palmital, destacando o desenvolvimento no período analisado. Parte da análise da dimensão social de Palmital, com características da população, informações sobre índices de desenvolvimento, incidência de pobreza, dados sobre saúde e educação e ainda identificação sobre agricultores familiares e não familiares existentes em de Palmital, indicando o desenvolvimento social municipal.

Em relação à população de Palmital, as estimativas feitas pelo IBGE, apontam que 2007 havia 15.289 habitantes e em 2019 de 13.172 habitantes, apontando assim um declínio de 16,07% da população, no período de 12 anos. Na A tabela 28 constam informações sobre a população de Palmital nos anos de 2000 e 2010, indicando local de domicílio destas.

Tabela 28 - População, município de Palmital, 2000 e 2010

POPULAÇÃO	URBANO	RURAL	TOTAL
População em 2000	7.170	9.788	16.958
População em 2010	7.399	7.466	14.865

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IPARDES, 2019.

Na tabela 28 pode-se perceber que entre os dois períodos, a população no município declinou apontando uma evasão de 2.093 pessoas ou 12,3% da população. No meio rural a diminuição foi de 2.322 pessoas com um declínio de 23,7% da população que morava no meio

rural. Enquanto no meio urbano a população aumentou em 229 pessoas (3,19%). Apesar da migração significativa de habitantes para outras regiões, o em 2010 a população rural ainda era superior à urbana, com uma relação de 50,2% vivendo no campo e 49,8% vivendo no meio urbano.

A população residente no município de Palmital ocupa um total de 5.212 domicílios permanentes no ano de 2010 sendo que 2.555 destes domicílios estão localizados no meio urbano e 2.649 no meio rural. Ao relacionar o número de habitantes com o número de domicílios constata-se que há uma média de 2,89 habitantes no meio urbano enquanto no meio rural esta média por domicílio é de 2.81 habitantes.

O município de Palmital, assim como Marquinho, tem maior parte de sua população no meio rural, por este motivo na Tabela 29 são apresentadas informações sobre o número de agricultores familiares que atuam no meio rural neste município. Os dados sobre número de estabelecimentos agropecuários são dos anos de 2006 e 2017, com base no Censo Agropecuário do IBGE (2019).

Tabela 29 – Número de estabelecimentos e área ocupada no meio rural do Município de Palmital, entre agricultores familiares e não familiares, 2006 e 2017

Período	Agricultores Familiares		Agricultores Não Familiares	
	número de estabelecimentos	área ocupada (em hectares)	número de estabelecimentos	área ocupada (em hectares)
2006	1790	28.574	289	49.762
2017	1339	25.932	345	48.841

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Agropecuário, 2019.

Considerando que 50,2% da população está no meio rural, procurou-se verificar quantos estabelecimentos agropecuários são agricultores familiares e não familiares. No Censo Agropecuário de 2006 o levantamento aponta 78.336 hectares sendo utilizados por 2079 estabelecimentos agropecuários ali existentes. Da totalidade de área, 28.574 hectares (36,5%) eram ocupados por agricultores familiares, área distribuída por 1790 estabelecimentos (86,1%) deste grupo, com uma média de 15,96 hectares por estabelecimento. A título de comparação a área média ocupada pelos estabelecimentos não familiares correspondia a 172,18 hectares (49.762 hectares para 289 estabelecimentos).

Em 2017 a área total dos 1684 estabelecimentos agropecuários existentes em Palmital correspondia a 74.773 hectares. Os 1339 estabelecimentos da agricultura familiar (79,5%) ocupavam 25.932 hectares (34,68%), utilizando uma área média de 19,36 hectares por

estabelecimento. A título de comparação, a área média ocupada nos 345 estabelecimentos não familiares era de 141,56 hectares (área total de 48.841 hectares).

Nos dados do censo demográfico, no período entre 2000 e 2010 é apontado um declínio populacional de 12,3% no município de Palmital, no censo agropecuário, analisando o período de 2006 e 2017 houve uma redução de 18,99% no número de estabelecimentos.

Cabe ainda destacar que na agricultura familiar o número de estabelecimentos diminuiu em 25,19% e a área ocupada reduziu em 9,24%, enquanto o número de estabelecimentos da agricultura não familiar aumentou em 19,37% e a área ocupada declinou em 1,85%. Mesmo que ainda exista um predomínio significativo na presença de agricultores familiares no meio rural de Palmital, equivalente em 2017 a 74,23% do total de estabelecimentos, a evolução entre 2006 e 2017 é desfavorável para esta categoria.

No período de 2019 o número de DAP ativas no município é de 421 agricultores, mas 2.415 agricultores estão com a DAP inativas. Tendo em vista que a DAP é um meio pelo qual agricultores familiares acessam políticas públicas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) observa-se que há um número elevado de agricultores familiares que em 2019 não tiveram condições de acessar quaisquer das políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar. Ao utilizar o número de estabelecimentos agropecuários familiares, informados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2017, no qual havia 1.339 estabelecimentos familiares, já se tem uma defasagem bastante grande em relação ao número de DAP's. O número de cadastros existentes no município corresponde a uma para cada 3,18 estabelecimentos familiares. sendo representativo o declínio de agricultores familiares.

Na tabela 30 estão apresentadas as informações referentes ao índice de desenvolvimento humano no município.

Tabela 30 - Índice de Desenvolvimento Humano, município de Palmital, 1991, 2000 e 2010

Período	IDHM Dimensão Educação	Esperança de vida ao nascer	IDHM Longevidade	Renda per capita média	IDHM Dimensão Renda	IDHM
1991	0,109	61,54	0,609	154,43	0,476	0,316
2000	0,324	67,51	0,709	285,53	0,574	0,509
2010	0,511	72,48	0,791	447,15	0,647	0,639

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PNUD, 2019.

Na tabela 30 sobre o desenvolvimento do município de Palmital no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), está apontada uma evolução importante dos índices. Dentre as dimensões, observa-se que a longevidade ocupa o maior índice em cada um dos três anos analisados, com crescimentos significativos no período e um índice relativamente alto para o ano de 2010. Em segundo lugar a dimensão renda, enquanto a dimensão educação está com o pior índice.

No IDHM dimensão educação, comparando apenas os anos de 2000 e 2010 observa-se que este aumenta em 157,71%, o que corresponde a um avanço importante, porém o índice em educação para 2010 é ainda baixo se comparado ao índice do Estado do Paraná que era de 0,668. No IDHM total para o ano de 2010 tem-se um índice ainda considerado baixo, uma vez que o Estado do Paraná no mesmo período apresenta um índice de 0,749.

No que tange à expectativa de vida da população de Palmital constata-se que entre os anos de 2000 e 2010 os habitantes passaram a viver, em média, 4,9 anos adicionais, aspectos que contribuíram para um IDH na dimensão longevidade de 0,791 (ficando próximo ao do Estado que foi de 0,830).

Os índices sobre a longevidade podem ser explicados pela disponibilidade de serviços na área de saúde, tais como os postos de saúde existentes no município. Neste sentido, cabe destacar que o município, dispõe de os 3 estabelecimentos de saúde em 2019, para atendimento aos habitantes (SUS ambulatório) (IBGE, 2019).

O índice a seguir está relacionado ao desenvolvimento sendo aquele que aponta para a desigualdade existente no município, informações que estão disponíveis na Tabela 31.

Tabela 31 - Índice de desigualdade, município de Palmital, 2003

Local	Incidência da pobreza (%)	Índice de Gini
Palmital	46.28	0.38
Paraná	39.07	0.47

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Demográfico IBGE, 2019.

Com base na tabela 31 o índice mostra em 2003 um percentual de 46,28% de pessoas residentes em Palmital eram consideradas pobres, comparando como o ano 2000 o percentual era de 36,8% no Território Paraná Centro, com um aumento de 9,48%, permanecendo com um índice elevado comparado com a média no Estado do Paraná que era de 20,9% no ano de 2000 (IPARDES, 2007).

No índice de Gini, comparando o que está na tabela com o de 2010 que é de 0,5238, observa-se um aumento de 27,45%, indicando que houve um aumento da desigualdade principalmente na renda domiciliar per capita. Já no estado do Paraná em 2010 o índice foi de 0,5416, indicando que Palmital está com o índice de Gini levemente mais baixo (IPARDES, 2019).

No ano de 2010, segundo IPARDES (2019), dos 5.212 domicílios particulares permanentes existentes no município, 4.327 (83,02%) eram abastecidos com água canalizada e 4.424 (84,88%) contavam com energia elétrica. Os domicílios que dispunham de esgotamento sanitário (banheiro ou sanitário) eram 4.427 (84,94%) enquanto apenas 2.641 (50,67%) contavam com a coleta de lixo sendo que em 2017 a política de saneamento básico estava em elaboração. No município de Palmital, em 2010, apenas 20% das vias eram pavimentadas, dificultado assim o deslocamento da população.

Na parte da saúde apenas houve 1 (um) caso de dengue no ano 2007 e 2012. Além de que o município apresenta uma estação de manuseio de resíduos sólidos e uma estação de tratamento de água, com um volume de 1.090 m³ de água tratada, resultando em 3.207 unidades de economias abastecidas, sendo que 2.603 unidades de economia abastecidas são residências ativas no ano de 2008 (IBGE, 2019).

Os dados do Censo Demográfico de 2010 (IPARDES, 2019) apontam que 4211 habitantes tinham até 14 anos (28,32% do total da população) e 1094 com idade entre 15 e 19 anos (7,35% da população), assim a população com idade até 19 anos perfaz mais de um terço do total da população do município. Cabe então verificar como é a disponibilidade de serviços na área da educação, desde o ensino infantil até o ensino médio. A tabela 32 traz dados sobre escolas existentes em Palmital de 2005 a 2018.

Tabela 32 - Escolas, município de Palmital, 2005 a 2018

Período	Ensino infantil	Creche	Pré-escolar	Ensino fundamental	Anos iniciais	Anos finais	Ensino médio
2005			6	14			2
2010	9	4	9	16	12	4	4
2015	14	5	14	16	12	4	4
2018	15	5	12	16	12	4	4

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

No município em 2018 há em funcionamento 68 escolas que atuam desde o ensino infantil até o ensino médio, sendo que todas estas escolas são públicas (municipais ou estaduais). É possível observar que a primeira grande evolução foi entre 2005 e 2010 em termos de oferta de unidades escolares, uma vez que em 2005 não havia escolas para educação infantil, creches, anos iniciais e anos finais. Já após 2015 é possível constatar que aumentaram os investimentos para atender maior número de crianças em escolas de educação infantil, creche, pré-escola e os anos iniciais. Apesar de 50,2% da população de Palmital viver no meio rural, a maioria das escolas estão localizadas no meio urbano, tornando necessário o deslocamento dos estudantes do meio rural para a cidade para poderem realizar seus estudos.

Em relação número de escolas no município, principalmente do ensino fundamental houve um aumento principalmente a partir de 2010 passando a ser 16 escolas, sendo que nos anos anteriores eram apenas 14 escolas. O mesmo acontece com as escolas de ensino médio, no ano de 2005 eram apenas 2 escolas, já no ano de 2018 são 4 escolas. Além de escolas de ensino infantil ao longo dos anos ocorreu uma variação, mas em 2018 aumentou para 15 escolas de ensino infantil. No meio rural há apenas 1 (uma) escola para os estudantes na Localidade Assentamento Bela Manha.

No município há 68 escolas em 2018, nas quais atuam 477 professores, com uma média de 7,01 docentes por escola. Na tabela 33 consta a distribuição destes professores por nível escolar.

Tabela 33 - Professores nas escolas, município de Palmital, 2005 a 2018

Período	Ensino infantil	Creche	Pré-escolar	Ensino fundamental	Anos iniciais	Anos finais	Ensino médio
2005			12	167			57
2010	26	14	13	157	93	71	72
2015	28	10	18	173	90	87	75
2018	54	24	32	150	91	64	62

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, 2019.

Os professores nas escolas no município são de suma importância para manter uma educação de qualidade. No período de 2005 a 2018, houve uma variação de professores nas escolas, além de em 2018 o número de professores ter diminuído significativamente comparado com os anos anteriores nos níveis de ensino fundamental, nos anos finais e ensino médio. Mas o IDHM sobre a dimensão da educação com o passar dos anos aumentou com incentivos para

a qualidade da educação no município. A tabela 34 demonstra os alunos matriculados nos níveis de ensino.

Tabela 34 - Matrículas de alunos nas escolas, município de Palmital, 2005 a 2018

Período	Ensino infantil	Creche	Pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio
2005			245	3210	760
2010	282	129	153	3000	703
2015	416	159	257	2524	715
2018	529	233	296	2119	601

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

O indicador de matrículas ativas nas escolas, demonstra que em 2005 o número de estudantes era de 3210 no ensino fundamental, mas passou em 2018 para 2119 alunos matriculados, ou seja, o número de estudantes teve um declínio de 33,98% de 2005 a 2018 nas escolas. Um dos motivos deste declínio foi a diminuição da população e por ter desistência dos alunos. O aumento no número de alunos matriculados na educação infantil e na pré-escola está diretamente relacionado ao aumento no número de escolas neste nível, conforme ilustrado na Tabela 32 que apresenta número de escolas existentes no município, sendo estes os níveis que tiveram aumento na quantidade de unidades escolares. Porém, o declínio no número de estudantes no ensino fundamental e médio pode estar relacionado à redução no tamanho da população, ou ainda à evasão escolar.

Ainda em termos de educação, na Tabela 35 é apresentada a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no período 2005 a 2017.

Tabela 35 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, município de Palmital, 2005 a 2017

Período	Municipal	Estadual
2005	3.5	3.1
2007	3.9	3.9
2009	4.5	3.7
2011	4.3	3.9
2013	5.1	4.1
2015	5.5	4.4
2017	5.9	4.7

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

O IDEB tem a finalidade de medir a qualidade do aprendizado para que ocorram melhorias no ensino, havendo metas estabelecidas a nível nacional (MEC, 2019). Os dados apontam que em Palmital no período de 2005 e 2017 houve um aumento expressivo no índice das escolas municipais e um aumento mais modesto nas escolas estaduais. Conforme MEC (2019) no ensino médio as escolas existentes alcançaram nota 3,5 no IDEB do ano de 2005, sendo que a nota média do Estado do Paraná foi de 4,6 indicando que a qualidade da educação em Palmital, no ensino médio precisa melhorar bastante para chegar ao índice projetado como meta pelo MEC até 2022, ou seja, nota 6. Observando os índices para os anos iniciais, em 2017, a média em Palmital foi de 5,9 enquanto no Estado do Paraná para o mesmo nível nas escolas públicas foi de 6,3. Já no registro de anos finais os estudantes de Palmital obtiveram nota 4,7 o índice está mais elevado sendo que no Paraná a média foi 4,6. Nestes dois últimos níveis os resultados estão mais próximos da média estadual.

O índice de desenvolvimento da educação aponta que nos períodos observados houve um aumento de 51,6% em escolas estaduais, já nas escolas municipais o percentual para o mesmo período foi de 68,6% de aumento no índice de desenvolvimento da educação.

A análise final da dimensão social, na tabela 36 sobre os beneficiados com o bolsa família é uma informação que contribui para as informações sobre pobreza no município, assim como foi observado na tabela 31, onde consta que 46,28% da população de Palmital em 2003 é pobre. Na tabela 36 apresenta os dados referentes aos beneficiados pelo bolsa família em Palmital no período de 2013, 2016 e 2018.

Tabela 36 - Beneficiados com o bolsa família, município de Palmital, 2013, 2016 e 2018

Período	Beneficiados como o bolsa família
2013	1.621
2016	1.725
2018	1.490

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Portal da Transparência, 2019.

Na tabela 36 constam os dados sobre número de beneficiados com o bolsa família no município em cada período. Observa-se que entre 2013 e 2016 houve um aumento no número de beneficiados (6,4%) enquanto de 2016 para 2018 há um declínio de 13,6% de pessoas que recebem o bolsa família. Já no ano de 2019 esse número de beneficiários declinou para 1.183 beneficiados, indicando que o uso de políticas e metas para desenvolver o município está tendo um resultado positivo, além de que torna o município mais equitativo na renda das famílias. Assim, se tomarmos como dado comparativo a informação da Tabela 31 que apresenta os indicadores de desigualdade, na qual está informado que 46,28% da população do município no ano de 2003 era considerada pobre, o percentual daqueles que acessam o PBF ainda atende um percentual pequeno dentre os que necessitam.

Na tabela 31 o índice de pobreza é de 46,28% da população total que está em situação de pobreza. Indica que em 2018 a população que recebe bolsa família representa 10,02% da população total de Palmital. Já no ano de 2019 o número de beneficiários declinou para 1.183 pessoas que recebem o bolsa família, correspondendo a 18,86% da população total (considerando a estimativa populacional, conforme IBGE, 2019). Cabe destacar que 171 famílias são consideradas em extrema pobreza no município (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

As informações da dimensão social indicam que as condições dos índices melhoram, mas aponta uma insuficiência na qualidade de vida da população de Palmital por ter desigualdades presente no município como o índice de pobreza, o índice de Gini e também pelo bolsa família, para que seja possível apontar a existência de desenvolvimento neste local, seja no que tange ao espaço rural ou urbano. Na busca de complementar a caracterização de Palmital, na próxima seção estão apresentadas informações sobre a dimensão econômica no município.

4.2.2 DIMENSÃO ECONÔMICA

Na dimensão econômica do Município de Palmital pode ser analisado o seu dinamismo em termos econômicos, com o objetivo de analisar o desenvolvimento local existente, considerando as atividades desenvolvidas no meio urbano e o rural. As características analisadas serão expostas a seguir, considerando que no ano de 2010, 50,2% da população vivia no campo.

A seção inicia com a análise e apresentam da distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) do município, apontando como estão distribuídas as atividades econômicas nos grandes grupos: agropecuária, indústria, serviços e administração pública. Na Tabela 37 constam estes dados no período de 2010 a 2016.

Tabela 37 - PIB série revisada (em valores atualizados para o ano de 2018), município de Palmital, 2010 a 2016 (em milhões de R\$)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2010	30516	4377	34891	31782
2011	34707	6219	43112	35776
2012	45305	8499	50751	38969
2013	48353	10274	65692	45038
2014	55376.11	13229.28	73795.13	50772.52
2015	58887.60	14306.74	81992.32	54728.94
2016	66881.70	13635.46	87961.83	62024.88

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, 2019.

De acordo com a tabela 37 o setor de serviços de Palmital é a atividade econômica que maior volume financeiro movimenta, sendo a mais representativa no PIB, seguida pelos resultados agropecuários e da administração, defesa, educação, saúde públicas e seguridade social. A indústria tem uma presença menos representativa para a economia do município. Estes

dados são coerentes com as informações da população que em sua maior parte é residente no meio rural (igual a 50,2% em 2010).

As atividades agropecuárias são a segunda mais importante no PIB de Palmital, assim na tabela 38 são apresentadas informações sobre a produção agrícola, pecuária e de extração vegetal, iniciando pela produção agrícola permanente.

Tabela 38 - Produção agrícola permanente, em toneladas, município de Palmital, 2004 a 2018

Período	Indicador	Abacate	Banana	Cajuí	Erva-mate	Laranja	Limão	Mamão	Maracujá	Pêssego	Tangerina	Uva
2004	Quantidade produzida	14	45	18	600	400				6		12
	Valor da produção	4	13	11	132	112				6		12
	Área colhida	1	3	2	100	20				2		3
2008	Quantidade produzida	20	45	18	300	400				2		12
	Valor da produção	12	17	21	120	200				3		22
	Área colhida	1	3	2	50	20				2		3
2012	Quantidade produzida	25	27	20	950	560					9	36
	Valor da produção	29	11	20	437	162					12	68
	Área colhida	1	3	2	380	28					3	5
2016	Quantidade produzida		48		580	475			20			14
	Valor da produção		84		550	482			60			66
	Área colhida		4		120	25			2			2
2017	Quantidade produzida		50		650	500			90			15
	Valor da produção		43		597	525			213			75
	Área colhida		4		120	25			10			2
2018	Quantidade produzida	44	75		480	500	40	8	140	5	72	70
	Valor da produção	53	47		384	550	48	11	224	20	108	385
	Área colhida	2	5		120	25	4	1	10	2	6	10

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Agropecuário, 2019.

Os cultivos permanentes com maiores volumes de produção, valor da produção e área colhida no período de 2004 a 2018 são a erva mate, a laranja, a banana, e a uva, sendo estas culturas produzidas em todo o período. Mas vale destacar que em 2018 constam informações sobre a produção de abacate, limão, mamão, maracujá, pêssego e tangerina, apontando para uma possível diversificação. Os produtos permanentes (como abacate, laranja, banana e tangerina) podem se destacar por ser oriundos da atividade familiar, pois podem ser vendidos na feira do agricultor, por exemplo.

A lavoura temporária é outra atividade para a qual é importante olhar ao se verificar a importância da atividade agropecuária no município, sendo que na Tabela 39 constam informações sobre estas culturas.

Tabela 39 - Produção agrícola temporária em toneladas, município de Palmital, 2004 a 2018

Período	Indicador	Arroz	Aveia	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Cebola	Feijão	Fumo	Mandioca	Melancia	Milho	Soja	Tomate	Trigo	Triticale	
2004	Quantidade produzida	11	150	270	1.800	14.400	68	1.225	12	5.000	36	18.795	4.750	20	160	
	Valor da produção	10	108	62	900	403	20	998	41	1.133	9	5.075	3.135	12		
	Área colhida	10	170	300	90	180	8	1.450	6	250	2	6.850	1.900	1		
2008	Quantidade produzida	9	180		1.710	600	32	1.200	6	4.840	14	22.835	5.700	110	1.000	200
	Valor da produção	10	108		1.043	17	24	3.072	31	808	5	7.022	4.161	69	433	92
	Área colhida	6	80		90	10	4	1.140	4	220	1	6.050	1.900	2	400	100
2012	Quantidade produzida	2	75			464	18	645		3.740		20.380	5.700	40	530	22
	Valor da produção	3	38			25	7	1.208		795		7.725	4.616	43	300	8
	Área colhida	2	50			8	2	650		200		5.170	3.000	1	200	10
2016	Quantidade produzida		34		800		9	636		2.882		11.700	12.540		675	
	Valor da produção		32		1.088		16	1.581		865		6.905	13.549		371	
	Área colhida		15		42		1	408		140		1.800	3.800		150	
2017	Quantidade produzida		36		530	416	10	816		2.769		14.024	13.260		476	17
	Valor da produção		34		641	29	11	1.685		1.604		5.097	12.040		264	5
	Área colhida		15		28	8	1	480		142		2.020	3.900		280	10
2018	Quantidade produzida		35	300	360	2.600	10	647		2.280	150	14.024	13.416	180	752	30
	Valor da produção		35	120	288	208	12	1.065		1.203	120	7.179	15.724	306	544	12
	Área colhida		10	200	20	50	1	370		120	5	2.020	3.900	3	470	15

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Agropecuário, 2019.

No município de Palmital ocorre a produção de várias culturas de lavoura temporária, sendo que as que se destacaram com maiores volumes produzidos no período analisado são: milho, soja, mandioca, feijão e trigo. Constata-se ainda que o arroz e a cebola foram outras culturas que tiveram informações para todos os anos do período.

No ano de 2018 também foram produzidos aveia, batata-doce, cana-de-açúcar, melancia, tomate e triticale. Estas informações indicam uma diversidade bastante grande na produção da lavoura temporária. No caso do milho, soja, trigo tem-se commodities que não necessariamente são utilizados para alimentação, mas nos demais produtos tem-se a produção de alimentos que muito provavelmente sejam oriundos, em sua maioria, da agricultura familiar, uma vez que não são atividades caracterizadas por produção em escala, como é a prática da agricultura não familiar.

Ainda no que tange à produção agropecuária, na Tabela 40 constam informações sobre a produção pecuária de Palmital, apresentando a quantidade de produção e os animais que destacam se na economia, além da quantidade de mel de abelha e vacas ordenhas no município.

Tabela 40 - Efetivos da Pecuária (em número de unidades e kg para mel de abelha), município de Palmital, 2004 a 2017

Período	Galináceo	Equino	Miúres	Caprino	Ovino	Bovinos	Vaca ordenhada	Suínos	Mel de abelha
2004	88.200	4.280	430	930	3.700	89.600	5.380	11.440	14.200
2008	78.500	3.162	233	1.650	4.700	114.206	6.100	10.750	19.500
2012	79.000	4.000	430	1.780	4.950	120.300	8.300	11.270	23.700
2016	76.200	3.180		699	3.340	126.400	10.109	7.900	32.000
2017	82.785	2.982		682	3.272	118.737	10.726	7.543	34.880

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário, 2019.

Na produção pecuária de Palmital observa-se também uma diversidade produtiva composta pelos seguintes efetivos: bovinos (incluindo as vacas ordenhadas), galináceos, suínos, ovinos, equinos e caprinos. No caso dos bovinos cabe observar que as vacas ordenhadas correspondem a menos de 10% do total de efetivos em praticamente todos os anos da série. O que indica que estes efetivos são destinados principalmente para a produção de carnes, sendo esta atividade comumente desenvolvida pela agricultura não familiar. Cabe destacar ainda que a produção de bovinos cresceu entre 2004 e 2016, sofrendo uma redução em 2017.

Na criação de galináceos, suínos, ovinos, equinos e caprinos observa-se um declínio no volume produzido entre 2004 e 2017. O que cresceu de forma continuada no período foi o número de vacas ordenhadas e a produção de mel de abelhas, sendo que esta última apresentou uma elevação de 40,7% no volume de mel produzido.

Além dos animais na produção pecuária já ilustrados na tabela 40, também são cultivados em volumes significativos outros itens como carpa, tilápia e bichos da seda, cujas informações estão na tabela 41. Ainda nesta ilustração é apresentado o volume produzido de leite bem como o valor da produção oriunda deste e dos outros três itens.

Tabela 41 - Características de produção na pecuária, município de Palmital, 2012 a 2017 (em kg, casulos e litros)

Período	Indicador	Carpa	Pacu e patinga	Tambacu, tambatinga	Tilápia	Traira e trairão	Outros peixes	Leite de vaca	bicho da seda
2012	Quantidade produzida							22410	63200
	Valor da produção							17928	632
2014	Quantidade produzida	7000	500		10200	1800	1000	31200	72000
	Valor da produção	31	3		41	8	4	28704	885
2016	Quantidade produzida	6500	400	500	8500	700	750	32500	44380
	Valor da produção	29.900	2.120	3.160	33.745	3.633	3.233	37375	728
2017	Quantidade produzida	6950	470	580	10350	600	805	34600	46453
	Valor da produção	35.445	2.538	4.147	38.295	3.360	3.421	36330	822

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Agropecuário, 2019.

As informações da Tabela 41 indicam uma diversidade de produtos oriundos de base aquífera, sendo que a partir de 2014 são produzidas tilápias, carpas, traíras/trairão, pacu e patinga e outros peixes. Em 2016 ainda passou a ser produzido tambacu/tambatinga. Os volumes produzidos pela tilápia e carpa são os maiores, mas os demais itens não podem ser desprezados pelo papel que exercem na diversificação produtiva, bem como na ampliação das opções de alimentação.

Além da produção de peixes a produção de leite de vaca e de bicho da seda merecem destaque, a partir dos dados da tabela 41. No caso do leite o que se observa é um crescimento continuado na quantidade produzida, já o bicho da seda cresce nos dois primeiros períodos, sofrendo uma redução em 2016, mas voltando a crescer em 2017.

A atividade agropecuária expressa na tabela 42 as informações da quantidade produzida e o valor da produção da extração vegetal.

Tabela 42 - Quantidade e valor da produção na extração vegetal, município de Palmital, 2004 a 2017

Período	Indicador	Erva-mate (toneladas)	Pinhão (toneladas)	Carvão vegetal (toneladas)	Lenha (m³)	Madeira em tora (m³)	Nó de pinho (m³)
2004	Quantidade produzida	380	5	160	23.000	800	150
	Valor da produção	114	6	120	276	72	3
2008	Quantidade produzida	980		84		300	25
	Valor da produção	392		29		35	1
2012	Quantidade produzida	960	8		46.000	2.000	220
	Valor da produção	442	9		1.610	180	18
2016	Quantidade produzida	490	8		10.500		
	Valor da produção	505	17		320		
2017	Quantidade produzida	580	10		9.800		
	Valor da produção	545	31		298		

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

A extração vegetal no município em quantidade produzida e em valor produzido (R\$), destaca a extração de lenha e erva mate com os maiores volumes produzidos, mas também cabe observar a produção de pinhão, que mesmo sendo em volumes menores, aparece na maior parte dos anos da série.

A venda de pinhões tendeu a aumentar e sua extração varia por ser um produto que depende do clima, a quantidade aumentou em 50% no período de 2004 a 2017, valorizando o pinhão. A extração de lenha no município declinou em 134,69%, com uso principalmente de eucalipto e pinus para lenha.

Considerando que 50,2% da população de Palmital, segundo o último censo demográfico (2010) vive no meio rural e que em 2017 a agricultura familiar respondia por 79,5% dos estabelecimentos agropecuários do município, procurou-se verificar o número de contratos acessados no município via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), informações que estão disponíveis na tabela 43.

Tabela 43 - Número de Contratos e valores contratados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na opção custeio, em Palmital, 2012, 2013 a 2018 (em valores atualizados para 2018)

PERÍODO	ATIVIDADE	CONTRATO	VALOR DO CUSTEIO (R\$)
2012	Agrícola	238	2.186.267,25
	Pecuária	168	3.172.652,33
2013 a 2018	Agrícola	505	10.367.892,94
	Pecuária	1271	33.038.932,73

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Banco Central, 2019.

Conforme indicam os dados da Tabela 43 no ano de 2012 foram acessados 406 contratos que somaram um total financiado de R\$ 5.358.919,58 pelo Pronaf. Neste ano a média de valor contratado foi de R\$ 13.199,31. Já no período de 2013 a 2018 foram acessados 1776 contratos com um total de financiamento de 43.406.825,67 pelo Pronaf, o que corresponde a uma média anual de R\$ 7.234.470,94. Neste período, de seis anos a média de contratos anualmente efetuados é de 296, resultando em uma média de R\$ 24.440,78 por contrato assinado. Uma vez que os valores dos contratos foram atualizados para o ano de 2018 é possível afirmar que no período mais recente houve um declínio no número de contratos anualmente efetuados via Pronaf, bem como aumentou o valor médio contratado.

No ano de 2017 o Censo Agropecuário demonstrou que houve 137 contratos do PRONAF, sendo que os agricultores familiares de Palmital diminuíram, com o passar dos anos, o acesso aos recursos deste Programa para financiamentos das atividades agropecuárias.

Com base nos dados apresentados na Tabela 37, sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de Palmital, constata-se que a indústria produziu em 2016 o equivalente a 20,39% do valor que foi produzido pela agropecuária. Por outro lado, o setor de serviços de Palmital apresentou um PIB 31,52% superior ao da agropecuária. Assim, na sequência são apresentadas informações econômicas do meio urbano do município, iniciando pelos dados sobre número de empresas e pessoas ocupadas, constantes na Tabela 44.

Tabela 44 - Empresas cadastradas, pessoas ocupadas, e remunerações (em R\$ atualizados para 2018) no município de Palmital, 2006 a 2017

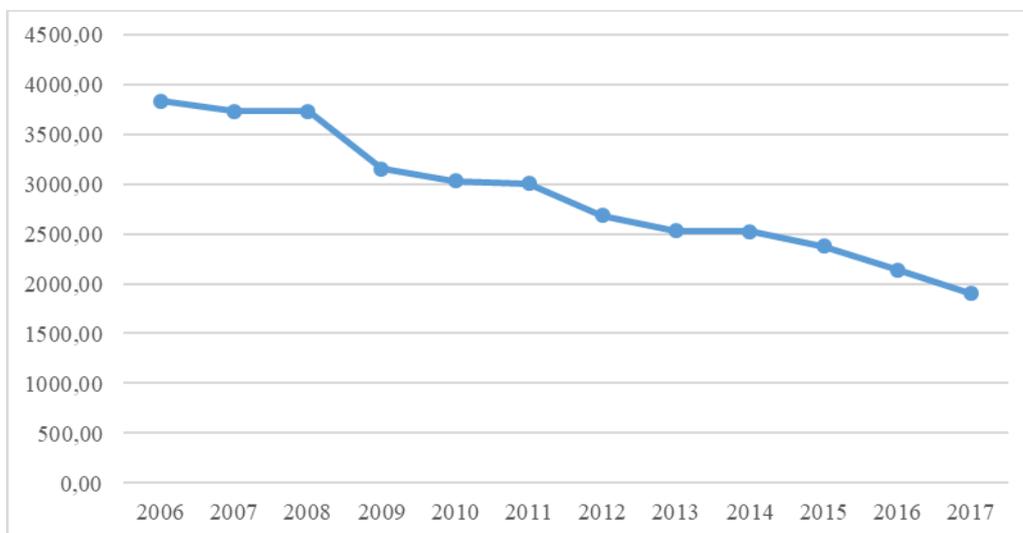
Período	Unidades locais	Número de empresas atuantes	Pessoal ocupado	Pessoal ocupado assalariado	Salários e outras remunerações
2006	423		1344	951	16237,73
2008	458	451	1249	819	17005,67
2012	521	513	1545	1045	23058,74
2013	502	496	1741	1227	25853,99
2014	396	390	1711	1265	30268,55
2016	411	410	1616	1193	29646,60
2017	410	408	1657	1217	28773,72

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, 2019.

Na tabela 44, o número de empresas existentes no município entre os anos de 2006 a 2017, diminuiu em treze unidades locais. Em contrapartida, o número de pessoas ocupadas e assalariadas aumentou consideravelmente no mesmo período. Em 2006 havia em média 3,17 pessoas ocupadas por empresa e 2,24 pessoas ocupadas que eram assalariadas para cada unidade empresarial. Em 2017 são 4,04 pessoas ocupadas e 2,96 assalariadas por empresa. Este crescimento no número de pessoas ocupadas e assalariadas, parece ser resultado do crescimento no tamanho das empresas, ainda que nos patamares de 2017 permaneçam sendo pequenas empresas. A possibilidade de aumento na formalização dos trabalhadores é outra hipótese, entretanto com o crescimento no número total de pessoas ocupadas, ainda que não assalariadas, esta hipótese é menos provável. Independente dos motivos pelos quais as empresas cresceram, o que se observa é maior número de pessoas ocupadas com salários, o que contribui para melhorar a renda das famílias do município.

No gráfico 2 é apresentada a média salarial em Palmital, no período de 2006 a 2017, indicando assim o nível de renda das pessoas assalariadas.

Gráfico 2 - Salário médio recebido pelo pessoal ocupado assalariado no município de Palmital, no período de 2006 a 2017 em valores (R\$) atualizados em 2018



Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, 2019.

O salário médio da população do município de Palmital no ano de 2006 a 2017 apontou um declínio. Em valores de 2018 observa-se que em 2006 o trabalhador recebia em média R\$ 3.800,00, enquanto que no ano de 2017 esta média estava em torno de R\$ 1.800,00 apontando perda de poder aquisitivo para os trabalhadores assalariados.

Para complementar informações sobre unidades locais em que há pessoas ocupadas, na Tabela 45 são apresentadas informações sobre número de fundações e entidades existentes no município de Palmital.

Tabela 45 - Fundações e entidades, município de Palmital, 2010 e 2016

Período	2010	2016
Fundações privadas e associações sem fins lucrativos	82	42
Grupo da classificação		
Cultura e recreação	8	3
Educação e pesquisa		
Assistência social	11	8
Religião	6	5
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	46	21
Meio ambiente e proteção animal		
Desenvolvimento e defesa de direitos	11	4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos		1
Entidades sem fins lucrativos	117	67
Grupo da classificação		
Cultura e recreação	8	3
Educação e pesquisa	15	17
Assistência social	11	8
Religião	6	5
Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	59	25
Meio ambiente e proteção animal		
Desenvolvimento e defesa de direitos	11	4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	7	5

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, 2019.

As informações sobre associações e entidades apontam como se comporta a cooperação entre os munícipes. Os dados da Tabela 45 mostram que houve uma redução no número de associações e entidades entre 2010 e 2016, de 199 unidades para 109, respectivamente. A partir destes dados ao diminuir as entidades e associações, pode se apontar uma possível diminuição da propensão das pessoas a atuarem coletivamente.

Observando cada uma das atividades constata-se que o grupo fundações privadas e associações sem fins lucrativos tinha 82 unidades em 2010 e passou a ter 42 em 2016. A maior redução ocorreu no subgrupo associações patronais, profissionais e de produtores rurais. Neste subgrupo no ano de 2010 havia 46 unidades, passando a ser apenas 21 no ano de 2016.

Já no grupo das entidades sem fins lucrativos a redução foi de 117 para 67 unidades no período analisado. No subgrupo partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais houve o maior declínio no número de unidades, passando de 59 para 25 entre 2010 e 2016, faz com que o cooperativismo entre as pessoas diminua, mas podendo afetar diretamente os agricultores por ter diminuído as associações de produtores rurais, além que o

município se destaca por ter uma feira de agricultores familiares (PREFEITURA DE PALMITAL, 2019). Em relação a esta diminuição não há certezas sobre os motivos que levaram a uma menor cooperação, entretanto o que se pode afirmar é de que a representatividade dos setores que foram extintos certamente diminuiu, podendo assim afetar a defesa de seus interesses.

Outra característica apresentada neste trabalho diz respeito às características dos domicílios no município de Palmital. Na tabela a seguir se caracteriza o domicílio no município em 2010, sendo demonstrados quais bens móveis e características dos imóveis há nas residências das famílias.

Tabela 46 - Características do domicílio, município de Palmital, 2010

Características do domicílio	Total no município	Urbano	Rural
Automóvel para uso particular	1.790	939	851
Geladeira	3.979	2.155	1.824
Máquina de lavar roupa	1.286	715	571
Microcomputador	731	588	143
Com acesso à internet	497	446	52
Motocicleta para uso particular	993	401	591
Rádio	4.205	2.123	2.082
Telefone celular	3.410	1.954	1.456
Telefone fixo	489	374	115
Televisão	3.928	2.073	1.855
Alvenaria com revestimento	1.664	1.257	406
Alvenaria sem revestimento	499	241	258
Madeira aparelhada	2.099	746	1.352
Madeira aproveitada	212	67	145
Outro material	24	11	13

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, 2019.

A renda das famílias, bem como suas condições de pobreza impactam nas características dos domicílios. Conforme já apontado, anteriormente, para ano de 2010, havia em Palmital 5.212 domicílios, dos quais 2.649 eram rurais e 2.555 urbanos. Assim, na Tabela 46 é possível observar como é o acesso desses domicílios aos bens móveis e às condições dos imóveis.

Os bens móveis que maior parte dos domicílios possuía em 2010 eram rádio (80,68%), geladeira (76,34%), televisão (75,36%) e telefone celular (64,42%). Ao mesmo tempo acesso à

internet (9,53%), telefone fixo (9,38%), microcomputador (14,02%) eram os bens que menor percentual dos domicílios detinha posse.

Em relação às características dos imóveis o tipo de moradia que se destaca são casas de madeira aparelhada em 40,27% dos domicílios. Enquanto que, aquelas que são de alvenaria com revestimento correspondem a 31,92% do total de domicílios do município.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 o número de automóveis para uso particular no município correspondia a 3732 unidades. Ao observar as informações sobre a frota de veículos que circula em Palmital, na Tabela 47 constam informações sobre a evolução entre 2006 até o ano de 2018 na quantidade dos diferentes veículos que circulam no município.

Tabela 47 - Frota de veículos, município de Palmital, 2006 a 2018

Período	Automóvel	Caminhão	Caminhonete	Camioneta	Motocicleta	Ônibus	Reboque	Trator de rodas	Utilitário	Outros
2006	1414	183	189	414	341	34	6	1	0	100
2007	1590	189	306	360	534	35	11	1	1	131
2009	1947	194	664	83	906	41	13	1	4	164
2010	2117	214	711	89	1078	44	16	1	6	179
2011	2340	236	757	84	1194	48	19	1	9	198
2012	2626	249	797	94	1270	51	19	1	14	217
2013	2922	262	890	101	1291	54	24	1	16	258
2014	3166	289	959	113	1341	55	24	1	18	272
2015	3312	308	1019	119	1369	59	31	1	17	288
2016	3489	321	1051	124	1391	62	38	2	18	298
2017	3631	330	1093	130	1406	76	43	2	19	295
2018	3732	327	1121	146	1424	80	47	2	17	297

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

A frota de veículos no município aumentou no período considerado, com destaques para automóveis, motocicletas e caminhonetes. A frota de motocicletas cresceu em 76,05% no período, enquanto a de automóveis em 62,11% nos doze anos da série considerada. Mas o maior aumento foi no número de caminhonetes que cresceu 83,14%. Uma consideração importante em relação ao aumento no número de automóveis e motocicletas foram as linhas de crédito lançadas a partir de 2009 e que facilitaram a aquisição destes veículos, mas também é provável que tenha melhorado o poder aquisitivo (renda) da população no período. Tomando por base a

população residente estimada para o ano de 2019 em Palmital (IBGE, 2019), que era de 13.172 habitantes, pode-se dizer que em 2019 caso permanecesse a mesma frota de veículos havia aproximadamente um automóvel para cada 3 pessoas, uma motocicleta para cada 9 pessoas e uma caminhonete para cada 12 pessoas.

Vale destacar o crescimento no número de caminhões, cujo aumento foi de 78,69% na frota. Uma última análise ainda é sobre o aumento no número de ônibus no município, o qual cresceu 57,5%. Nos dois casos (caminhões e ônibus) a indicação pode ser de que tenham crescido atividades ligadas ao transporte de cargas e de passageiros, o que pode estar relacionado à geração de trabalho e renda.

Ainda nas análises econômicas procurou-se observar como é a movimentação financeira no município, utilizando-se de informações sobre depósitos bancários e operações de crédito, bem como dos volumes movimentados pela gestão pública municipal no orçamento público municipal em termos de receitas e despesas. No que tange às receitas procurou-se verificar a origem destas, se são próprias ou obtidas via transferências.

Na tabela 48 a seguir demonstra as agências financeiras município durante os anos de 2006 a 2018 com volumes depositados pelos correntistas, bem como operações de crédito realizadas.

Tabela 48 - Agências financeiras e movimentações realizadas em Palmital de 2006 a 2018 (em valores atualizados para 2018)

Período	Agências	Depósitos			Obrigações por recebimento	Operações de crédito
		A prazo	À vista	Poupança		
2006	2	1078031,75	7493115,84	11838783,34	37957,96	67190234,67
2008	2	5823012,56	12639977,95	15806501,17	15414,07	88324424,96
2010	2	4951957,73	10705099,13	17669883,54	16531,95	107767971,79
2012	3	10032540,24	7811812,50	20933759,87	39948,11	160909774,52
2014	3	3273620,75	7747264,77	25766760,65	33332,24	185755998,28
2016	3	3764186,75	6766877,42	24085440,33	77771,28	166272839,67
2018	2	3048816,00	5914497,00	23111056,00	46931,00	121866018,00

Fonte: Elaborada pela autora a partir do IBGE, 2019.

O número de agências financeiras em 2018 diminuiu para 2, sendo que no período de 2012 a 2016 eram 3 agências. Observando o volume de poupança depositada pela população de Palmital, observamos um crescimento 48,77%, além das operações de crédito que também aumentaram, no período de 2006 e 2018 em 44,86%. Em valores constata-se que no ano de

2018 havia um montante aproximado de R\$ 23 milhões depositados em poupança, enquanto que o volume de crédito acessado no mesmo ano foi de R\$ 121,8 milhões.

As receitas e despesas de município são importantes para demonstrar quais arrecadações estão tendo, além de que as receitas vão influenciar as metas do município de desenvolvimento, pois necessita-se de receita para atender as demandas da população e pagar as despesas. Sendo que as despesas são os gastos do município com determinadas metas, planos, serviços e bens que são adquiridos ou desenvolvidos. Na tabela 49 estão apresentadas as receitas orçamentárias anuais de Palmital no período de 2005 a 2017

Tabela 49 - Receitas orçamentárias anuais, município de Palmital, 2005 a 2017 (valores x 1000, valores atualizados para 2018)

Período	Receitas orçamentárias realizadas	Capital	Contribuição	Correntes	Dívida Ativa
2005	23630,79	341,15	665,36	25531,50	283,94
2006	24808,42	526,47	839,12	26545,15	169,44
2008	33524,34	3067,51	210,84	34134,49	184,72
2009	27409,99	432,83	182,24	30553,68	187,50
2013	39033,16	1033,44	260,42	37999,71	238,41
2014	43311,86	2461,71	297,87	40850,14	339,86
2015	51071,71	5027,75	1060,66	44354,29	452,71
2016	49698,79	1789,83	1538,53	45484,15	195,47
2017	53219,65	3812,99	1547,69	44823,60	498,89

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

As receitas orçamentárias realizadas no município de Palmital mais do que duplicaram no período de 2005 a 2017, tendo crescido as receitas correntes aquelas que maior participação tem no montante total.

Na Tabela 50 estão apresentadas as despesas orçamentárias anuais do município, sendo possível visualizar como foram gastas as receitas apresentadas na tabela 49.

Tabela 50 - Despesas orçamentárias anuais, município de Palmital, 2009 a 2017 (valores x 1000, valores atualizados em 2018)

Período	Despesas Orçamentárias					Capital Total	Capital	
	Empenhadas	Correntes	Pessoal e encargos sociais	Juros e encargos da dívida	Outras despesas correntes		Investimentos	Amortização da dívida
2009	25859,18	23008,13	10880,24	0,00	11970,19	2851,05	2353,38	0,00
2013	32098,44	30397,37	15668,02	39,47	14689,89	1701,07	637,44	291,61
2014	40783,35	34252,73	17703,75	36,74	16512,25	6530,62	5598,13	247,21
2015	43116,37	38047,55	21989,50	80,52	15977,53	5068,82	4286,73	258,27
2016	46494,59	39927,90	24115,98	181,61	15630,31	6566,68	5576,38	478,84
2017	41721,62	34729,11	22303,86	170,17	12255,08	6992,51	5423,66	1071,74

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Nas despesas orçamentárias o destaque é para os valores das despesas correntes e pessoal e encargos sociais. As despesas praticadas pelo município apontam que em cada ano houve um aumento em gastos feitos, mas com leve variação em cada indicador na tabela acima. As despesas correntes no município apontam que houve um aumento de 33,75% desde 2009 até 2017 nas manutenções de equipamentos e no funcionamento do setor público, uma vez que comparando se as receitas e as despesas orçamentárias, a diferença no ano de 2016, por exemplo, é significativa.

Para analisar as condições econômicas de geração de recursos públicos no município de Palmital, nas próximas tabelas são apresentadas informações sobre impostos arrecadados pelo ente municipal e as transferências recebidas da União e da Unidade da Federação. Iniciando na tabela 51 pelas informações sobre arrecadação de impostos de competência municipal.

Tabela 51 - Impostos arrecadados, município de Palmital, 2005 a 2017 (valores x 1000, valores; atualizados em 2018)

Período	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	Imposto Sobre Serviços - ISS	Imposto sobre Transmissão- Intervivos - ITBI
2005	133	51	150
2006	172	83	190
2008	266	141	284
2009	142	135	222
2013	257,16	318,89	346,46
2014	284,04	409,19	502,70
2015	303,21	413,96	445,20
2016	312,97	398,42	796,03
2017	375,39	531,56	338,13

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Nos impostos arrecadados pelo município houve flutuações durante os anos de 2005 a 2017. Dentre os três impostos que são de competência municipal aquele que tem maior importância é o ISS (Imposto Sobre Serviços) o qual apresentou uma elevação em 90,41% no seu montante arrecadado. Este desempenho é coerente com a importância do setor de serviços no PIB municipal, conforme demonstrado na Tabela 37. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial (IPTU) aumentou em 64,57% a arrecadação no período. Conforme os dados do censo demográfico do IBGE (2019) havia no meio urbano em 2010 um total de 2.555 domicílios, se considerarmos este o número de casas, então teremos que esta é a amostra de imóveis que pagam IPTU.

No caso do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis inter-vivos (ITBI), o qual incide sobre a venda de imóveis e terras, observa-se um aumento no período de 2005 a 2017 de 55,64%. Cabe destacar que apesar de ter ocorrido elevação nos volumes arrecadados por estes impostos, a soma dos três correspondem em 2017 a 2,34% do montante das receitas realizadas pelo município (conforme informação da tabela 49).

Na tabela 52 apresenta os dados sobre o FPM e o ITR arrecadado no município de palmital.

Tabela 52 - Fundo de participação do Município, município de Palmital, 2006 a 2017(valores x 1000, atualizados para 2018)

Período	Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	Valor do Imposto Territorial Rural - ITR
2006	10.638,23	64,55
2008	14.505,38	72,77
2009	12.434,56	73,60
2013	15.908,40	229,55
2014	16.185,08	239,43
2015	15.275,71	264,22
2016	15.659,44	255,11
2017	13.982	287,46

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Comparando a receita orçamentária do município (tabela 49) com as transferências do FPM, observa-se que praticamente 26,27% dos recursos, no ano de 2017, são originários deste Fundo, demonstrando a importância para a gestão municipal destes valores. Já no caso do ITR, apesar de haver 2079 estabelecimentos agropecuários (no ano de 2017). Se for considerada esta totalidade, teremos um valor médio de imposto por estabelecimento de R\$ 287,46 e ainda que sejam considerados somente os 345 estabelecimentos não familiares o valor corresponderia a R\$ 833,22 no ano de 2017.

Tabela 53 - Impostos repassados pelo Estado ao município de Palmital, 2006 a 2018 (valores x 1000, valores atualizados em 2018)

Período	ICMS		IPVA	Royalties Petróleo	Fundo de Exportação	Total Repasse Líquido
	Repasse Bruto	Repasse Líquido				
2006	4.215.797,14	3.583.427,75	252.015,77	2.867,20	109.813,85	3.948.124,57
2010	5.104.697,81	4.083.758,49	603.292,80	0	94.135,06	4.781.186,35
2014	7.919.292,80	6.335.434,53	860.952,91	2.885,01	101.522,29	7.300.794,74
2018	9.200.939,00	7.360.751,44	1.099.348,53	2.267,08	127.757,58	8.590.124,63

Fonte: Elaborado pela autora a partir do SIAF, 2019.

Os impostos repassados pelo Estado ao município correspondem a um montante importante para a composição das receitas do município. Observando o total de repasse líquido

em 2017, constata-se que este correspondeu 32,28% das receitas realizadas conforme a tabela 49.

Os impostos repassados do Estado ao município em relação aos dados da tabela 53, cabe destacar o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), cujos repasses são os mais volumosos. O imposto ICMS apresentou um crescimento de 51,32% no valor total arrecadado. O imposto sobre veículos automotores aumentou em 77,07%, o que está alinhado com o crescimento da frota de veículos no município, apresentada na Tabela 47.

De modo complementar ainda a Tabela 54 apresenta outros repasses efetuados pela União e Estado para complementação das receitas municipais.

Tabela 54 - Repasses da União e Unidade da Federação ao município, município de Palmital, 2005 a 2017 (valores x 1000, valores atualizados em 2018)

Período	Intergorvenamental		Tributárias	Outras receitas correntes
	União	Unidade da Federação		
2005	13385,55	4795,24	981,08	366,58
2006	13567,07	4804,75	1173,96	482,09
2008	18798,78	5636,84	1679,30	1110,20
2009	16934,55	5356,88	1256,42	334,70
2013	20092,79	7658,45	1943,81	327,54
2014	20800,72	9192,38	2334,05	479,27
2015	20375,78	10478,03	2191,43	663,74
2016	20770,17	10367,59	2604,36	425,61
2017	19841,48	11403,31	2077,60	628,70

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

Os repasses feitos pela federação ao município se destacaram principalmente a partir do ano de 2013. Os repasses feitos pela união com variações ao longo dos períodos analisados sendo que até 2016 houve um aumento de 35,55%. Mas o indicador tributário teve um leve declínio no ano de 2017 de 4,47%, comparado com o ano interior.

Na tabela 55 tem-se outra importante fonte de recursos para o município. Observando os dados de 2005 a 2017.

Tabela 55 - Transferências e patrimonial, município de Palmital, 2005 a 2017 (valores x 1000, valores atualizados em 2018)

Período	Patrimonial	Taxas	Transferências	
			Correntes	Capital
2005	216,14	55,09	23124,35	341,15
2006	760,45	96,82	23093,88	498,23
2008	279,88	113,82	30688,20	1539,35
2009	331,19	136,68	28193,29	425,82
2013	143,37	174,33	35191,83	1033,44
2015	1456,60	174,01	38789,24	2710,14
2016	2278,29	155,08	38526,56	1641,58
2017	2052,41	184,41	38414,57	3231,62

Fonte: Elaborado pela autora a partir do IBGE, 2019.

As receitas realizadas no município referentes ao patrimonial, taxas e correntes são significativas a partir do ano de 2015 e, além de que as transferências correntes tem uma participação mais ativa com um valor de R\$ 38.789,24 (mais x 1000) em que no ano de 2009 foi apenas de R\$ 28.193,29, com um aumento de 27,32%. Sendo que as transferências correntes do município de Palmital são arrecadas de impostos, taxas e contribuições tanto municipais como do Estado ou da União, demonstrando assim que houve um aumento na arrecadação de impostos no município, demonstrado nos indicadores acima. Além de que na receita patrimonial houve variações nos anos de 2005 a 2017 em 89,47%, pois são recursos da venda de bens mobiliários do patrimônio público.

Com análise dos dados tanto de Marquinho como Palmital, pode se fazer uma discussão relacionando com aspectos teóricos apresentados na seção 3. Sendo importante apontar fatores que explicam os acontecimentos nas mudanças dos indicadores econômicos e sociais.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A comercialização entre o meio urbano e o meio rural nos municípios, por Siedenberg (2012) na teoria mercantilista o comércio entre os dois meios é de sua importância para o crescimento da economia. Nos dois municípios o setor agropecuário pode um dos mais importantes para a economia, sendo o principal no PIB em Marquinho, enquanto que em

Palmital a agropecuária é a segunda atividade mais representativa, uma vez que o setor de serviços ocupa o primeiro lugar.

A teoria Keynesiana salientada por Vasconcelos em 2001, destaca a importância do estado na economia com os gastos públicos e dentre outros tipos de intervenções. Nos municípios os repasses feitos pelo o estado e a união são responsáveis pelo capital repassados e usados em setores como na saúde, educação e saneamento básico. Mas por outro lado, constata-se que as receitas próprias obtidas pelos municípios estudados, não sustentam as despesas e demandas da municipalidade.

Os direitos de uma população por Sen (2000) salienta que os direitos não pode-se reprimir e sim terem garantidos, como votar, a saúde e educação, faz com que as pessoas estejam mais presentes nas decisões no município, mas nos dois municípios ainda o índice da educação está baixo em comparação ao índice do estado do Paraná em 2017, sendo que não é possível afirmar que estão eficientes as medidas adotadas nos municípios para potencializar a educação. Por ter ainda aspectos de pobreza e desigualdade, faz com que os indicadores analisados nos dois municípios não se desenvolvam adequadamente.

Segundo Prado Junior (1945) as dificuldades são enfrentadas por ter a monocultura como predominante nas regiões, além de que desenvolveu se desde a colonização no país. Mesmo estando em épocas diferentes ainda tem características parecidas por ter a concentração de terras, faz com que não se desenvolva a agricultura familiar. Nos municípios a agricultura familiar está presente na economia, pois incentivos em cooperativas e associações de agricultores são fundamentais, mas nos municípios houve uma diminuição, além dos incentivos em cooperativas e associações, proporcionam o uso de equipamentos mais adequados, além que favorece a venda dos produtos produzidos e cultivados.

A agropecuária nos dois municípios está significativamente presente na economia, além de proporcionar renda para as famílias. Tanto Marquinho como Palmital, tem uma diversificação na produção agropecuária, destacando assim os agricultores familiares na produção nos produtos da lavoura e na pecuária. Marquinho se destaca por ter 89,48% da população residente no meio rural em 2010 e 74,62% dos estabelecimentos agropecuários ocupados pela agricultura familiar em 2017. Já Palmital tem 50,2% da população vivendo no meio rural no ano de 2010 e 79,5% dos estabelecimentos agropecuários pertencentes aos agricultores familiares no ano de 2017. Apontando assim a importância da agricultura familiar no contexto econômico e social, por ter representatividade em estabelecimentos agropecuários, como destaca Savoldi e Cunha (2010) com o fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito como o Pronaf, também tem uma participação em contratos. Além de Venâncio (2008)

e Stoffel (2013) a importância da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento rural, sendo que a participação das atividades agropecuárias na economia. A agricultura familiar se caracteriza por ser de subsistência, mas nos tempos atuais os agricultores têm necessidades ou o uso de inovações como o acesso à internet como meio de informação e comunicação.

Piacenti (2016) destaca a importância de ações e políticas de incentivos ao desenvolvimento. Os municípios de Marquinho e Palmital apresentam características distintas, mas medidas podem ser usadas para estimular o desenvolvimento. Palmital se destaca por ter uma diversidade mais acentuada nos produtos produzidos e também mais empregados no município, com destaque para o setor de serviços, já em Marquinho a produção tem uma variação, mas tem cultivos e criação de animais que se destacam, ficando dependentes de alguns produtos faz que se tiver alguma alteração negativas os produtores serão mais facilmente afetados.

Souza (2009) a diferença entre o urbano e o rural, sendo que pequenas cidades fazem suas transações nas cidades maiores. O município de Marquinho por ser menor algumas transações são feitas nas cidades maiores tais como venda e também na compra. Neste caso há serviços essenciais para os quais a população precisa se deslocar para outros municípios como em aspectos de saúde, por fazer tratamentos fora e o município tem convênios em outros municípios. Além de ter instituições financeiras em Palmital, mas em Marquinho não tem dados das instituições financeiras em sites especializados como o IBGE não consta. O município de Palmital por ser maior em números de população, mas tem ainda que fazer o uso de alguns serviços e bens em outros lugares, como também serviços da saúde, no município presta serviços ao município de Marquinho como o fórum eleitoral, sendo que na população de Marquinho quem for fazer o título ou renovar tem de deslocar se para o município de Palmital.

Diniz (2009) aponta que o uso de planejamento para uma região é de suma importância para o desenvolvimento. A também o uso de determinados meios para o desenvolvimento são variados como incentivos, mas importante para se alcançar, sendo que no município de Palmital houve incentivos para formação da feira do agricultor familiar que vem dando certo, já o município de Marquinho foi criada uma feira do agricultor familiar, mas não conseguiu evoluir e acabou fechando, neste ano de 2019 se abriu outra feira do agricultor. Mas certos métodos adotados podem estimular a cultura da população do município para conseguir tornar as ações presentes. Sendo que Piacenti (2016) salientou que entraves enfrentados são responsáveis pela cultura tradicional e para mudar isso seriam necessários estímulo à educação promovendo um desenvolvimento mais equitativo.

Políticas de incentivos ao desenvolvimento adotadas nos dois municípios como as políticas de desenvolvimento territorial, conhecida como Território da Cidadania, com o intuito de desenvolver os municípios, mas sendo extinta essa política. Com incentivos à educação, mas nos dois municípios o índice de desenvolvimento da educação tem taxas baixas, demonstrando a precariedade do ensino. Segundo Coradeli (2011) a importância de planejamento e programas ao desenvolvimento são essenciais ao desenvolvimento, mas ainda não estão tão presentes nos municípios de Marquinho e Palmital.

Segundo Paiva (2013) a importância da análise do município para apontar estratégias para melhoramento, além do planejamento para se seguir o melhoramento e desenvolvimento do município. Ao analisar Marquinho e Palmital, pode-se notar que as atividades nos dois municípios tenderam a aumentar em relação ao emprego, mas aponta que a população dos dois municípios está declinando nos períodos de 2000 e 2010. Ao diagnosticar aponta que a necessidade de um planejamento de longo e curto prazo para diminuir o êxodo da população, destacando principalmente a de Marquinho por ter uma população pequena e com uma diminuição de 11,98% no período de 2000 a 2010. Já o Palmital tem um declínio de 12,3% da população.

Destacando a atividade econômica dos municípios sendo que a atividade primária está entre as mais importantes. Favareto (2010), salienta que no meio rural as regiões tem expulsados as pessoas e assim proporciona o êxodo rural. Ao analisar os municípios pode se perceber que a população rural declinou, com consequência os agricultores familiares também diminuiram em seu tamanho. Mas apesar de existir significativo êxodo rural, observa-se que Marquinho tem 89,48% de população rural e Palmital tem 50,2% da população vivendo no meio rural, mesmo com a diminuição da população ainda há uma parcela significativa de pessoas residentes no meio rural nos dois municípios. Inclusive são percentuais muito superiores às médias estadual e nacional.

Já os agricultores familiares nos dois municípios, estão com um declínio no período de 2006 a 2017, sendo que em Marquinho há um declínio de 17,67% de estabelecimento, enquanto Palmital tem 25,19% de redução nos estabelecimentos de agricultores familiares. Além, que as formas de cooperativas e associações voltadas principalmente para agricultura familiar diminuiu nos municípios de Marquinho e Palmital, sendo que Ploeg (2008), Faria (2017) e Piacenti (2016) apontam a importância das cooperativas ou formas de cooperação para o desenvolvimento econômico e social, principalmente dos indivíduos envolvidos neste processo. Mas os dados trazem uma redução das entidades que são de associações rurais, podendo prejudicar o dinamismo de cooperação entre agricultores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi proposto para identificar o desenvolvimento rural nos Municípios de Marquinho e Palmital, buscando estabelecer relações deste desenvolvimento com a agricultura familiar. Ao analisar cada dimensão pode se concluir que a população dos dois municípios declinou, além de ter uma tendência em diminuir com o passar dos anos.

As formas de cooperação entre indivíduos diminuíram nos anos analisados de 2010 a 2016, sendo prejudicial para o desenvolvimento dos municípios. Sendo que Palmital tem um histórico de associações e cooperativas, por mais tempo em feira do agricultor sendo que a mesma faz parte de associações, mas já em Marquinho há um declínio ao analisar, sendo que apenas no ano de 2019 desenvolve-se uma associação de agricultores familiares no município para venda dos produtos. Mesmo com abertura da associação, há empecilhos que podem afetar como a não adesão das pessoas, mas sendo fundamental para que permaneça ativa e gerando renda para os participantes (agricultores familiares), tem a necessidade de incentivos da prefeitura ou de outros órgãos, tanto público como privado, além de mudanças necessárias na cultura da população do município de Marquinho, uma vez que não tem hábitos de consumo em feiras do agricultor por apenas sem implantada em 2019.

A população nos municípios aponta que terá um declínio nos próximos anos por ter uma tendência de diminuição, sendo que a prefeitura e outros instituições serão responsáveis por aplicar métodos e planos a longo prazo, para o desenvolvimento da economia e na geração de emprego, uma vez que a população sai do município por não ter oportunidade, renda e qualidade de vida. Uma forma para diminuir a evasão da população do município é por meio de incentivo em ter associações e cooperativas, pode talvez incentivar as pessoas que vivem no meio urbano e no meio rural para a produção e empregos, além de incentivos para geração de emprego e renda no município, seja no estímulo às empresas locais ou na atração de empresas que se instalem no município.

Os dois municípios podem ser considerados rurais por ter as atividades principalmente agropecuárias na economia, uma vez que a maior parte de população vive no meio rural. A agricultura familiar nos municípios tanto de Marquinho como de Palmital pode ser responsável pela produção de uma parte de alimentos para população, mas já os agricultores não familiares têm sua produção voltada para atividades como monocultura, ou seja, produtos como soja, milho e trigo. Os agricultores familiares são representativos na economia por serem responsáveis em produzir produtos e também por maior número de estabelecimentos, mas o meio rural ainda sofre por ter desigualdades no tipo de estrutura como na educação e na saúde,

sendo que não tem água tratada e nem esgoto, sendo uma das situações desfavoráveis para a qualidade de vida. Por ser no meio rural ainda tem dificuldade de acesso à informação seja por televisões, rádios ou até mesmo por acesso à internet.

As dificuldades mais presentes nos dois municípios se encontram por ter evasão da população tanto do meio urbano como no rural, por ter empregos que não atende toda população que necessita, a diminuição de cooperativas e associações faz ter incentivos menos favoráveis para a produção e a venda. Ao propor esse estudo pode-se perceber as dificuldades nos dois municípios para o desenvolvimento, uma vez que não se tem um planejamento de longo prazo dificultando a evolução positiva do município.

Ao analisar a parte social e econômica, tem-se a conclusão que as variações nos dados principalmente a uma evolução positiva na parte econômica dos indicadores do PIB sobre quais serviços se destacaram, além de apontar uma evolução no uso de formas de locomoção para uso particular favorecendo o transporte dos indivíduos e veículos de finalidade de transporte de produtos. Mesmo com o aumento de empregos nos dois municípios não são suficientes por atender toda a população que necessita de emprego.

Os objetivos específicos foram atingidos, começando com a identificação de estudos referentes ao desenvolvimento rural e agricultura familiar. O segundo objetivo específico, relacionado aos dados sociais e econômicos coletados, demonstrou que há uma presença significativa de atividades rurais e também caracterizando o desenvolvimento rural. Ao analisar os indicadores dos municípios, pode-se perceber que as dimensões sociais e econômicas, tem presença principalmente do setor agropecuário, fazendo parte dos dados econômicos. Além de que a população vive mais no meio rural e também com predominância de agricultores familiares nos estabelecimentos agropecuários.

Os municípios de Marquinho e Palmital, mesmo tendo dados com valores diferentes sendo que Palmital destacasse por ter indicadores maiores na economia. Mas mesmo com essa diferença ainda os dados econômicos tenderam para um declínio ou aumento nos dois municípios, destacando mesmo sendo municípios diferentes tem características com que fazem iguais por ter uma tendência no aumento econômico ou declínio. Na parte social houve dados positivos, uma vez que melhoraram índices do IDHM e da educação fundamental, mas já na educação no ensino médio os dados alarmantes por ter baixa índice de desenvolvimento da educação básica, apontando assim as dificuldades enfrentadas.

Portanto, a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural e também dos municípios em questão, apontadas nas características econômicas e sociais. Sendo fundamental para qualidade do município por ser formadora de renda para as famílias e faz impulsionar o

setor econômico uma vez que agricultores considerados familiares tem mais dificuldades para se desenvolverem por falta de incentivos, sendo que apenas nas últimas décadas teve-se mais incentivos para o desenvolvimento dos agricultores familiares, podendo assim gerar o desenvolvimento do rural.

A partir da realização deste estudo observou-se a necessidade de novos estudos, e assim seguem recomendações para estudos futuros. Aprofundar a análise sobre a influência da agricultura familiar nos municípios ou territórios e do desenvolvimento rural em outros municípios do Território da Cantuquiriguaçu, em lacunas que este trabalho não conseguiu preencher.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. Brasília: Sober, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. [S. I.]: Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1999. vols. 28 nºs 1, 2, 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O admirável mundo novo de Alexander Chayanov**. São Paulo: Estudos Avançados/Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP, vol.12 no. 32, p 69-74, Jan./Apr. 1998
- ANDRADE, Rafael Júnio et al. **Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro: a mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil**. São Paulo: Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, 2009.
- BAIARDI, Amilcar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. **Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52. Brasília: 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600003>. Acessado em 20 de nov. de 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf**. Nov. 2017. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc_atende%2Fport%2FPRONAF.asp#1>. Acessado em 13 de mai. de 2019.
- BANCO CENTRAL. **Pronaf de 2012**. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural>. Acessado em 17 de nov. de 2019.
- BANCO CENTRAL. **Pronaf de 2013 a 2019**. Disponível em:
<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcMunicipio.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Munic%20C3%20ADpio&exibeparametros=true&botoesExportar=true>>. Acessado em 17 de nov. de 2019.
- BÊRNI, Duílio de Avila et al. **Técnicas de pesquisa em economia: Transformando Curiosidade em Conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BOTTOMORE, Tom et al. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BUAINAIN, Antonio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. **Os pequenos agricultores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores?**. [S.I.]: CGEE, 2013. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/profile/Junior_Garcia/publication/277197372_Os_pequenos_produtores_rurais_mais_pobres_ainda_tem_alguma_chance_como_agricultores/links/556458e108ae6f4dcc996750/Os-pequenos-produtores-rurais-mais-pobres-ainda-tem-alguma-chance-como-agricultores.pdf>. Acessado em 18 de jun. de 2019.

CANQUERINO, Yogo Kubiak; NUNES, Paulo Alexandre; CARPES, Antonio Maria da Silva. **Estrutura produtiva do Território da Cantuquiriguaçu com abordagem insumo-produto para o ano de 2010**. [S.l.]: Gestão e Desenvolvimento em Revista, 2015. p. 116-132. Disponível em:

<[CENSO AGROPECUÁRIO. **Agricultura familiar 2006**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1431>>. Acessado em 18 de nov. de 2019.](https://www.google.com/search?q=.+Estrutura+produtiva+do+Territ%C3%B3rio+da+Cantuquirigua%C3%A7u+com+abordagem+insumo-produto+para+o+ano+de+2010.&rlz=1C1PRFI_enBR774BR774&oq=.+Estrutura+produtiva+do+Territ%C3%B3rio+da+Cantuquirigua%C3%A7u+com+abordagem+insumo-produto+para+o+ano+de+2010.&aqs=chrome..69i57.2675j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>. Acessado em 18 de jun. de 2019.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CENSO AGROPECUÁRIO. **Agricultura familiar 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6753>>. Acessado em 18 de nov. de 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; Silva, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORADELI, Robison Tiago. **As associações de municípios como estratégias para o desenvolvimento**: considerações sobre a Cantuquiriguaçu/PR. Maringá: 2011. Disponível em: <<http://www.pge.uem.br/documentos-para-publicacao/dissertacoes-1/defesas-2011-pdfs/ROBISON%20TIAGO%20CORADELI.pdf>>. Acessado em 10 de abr. de 2019.

DALLABRIDA, Valdir Roque et al. **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional**: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LiberArs, 2013.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira et al (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf>. Acessado em 27 de mai. de 2019.

DINIZ, Clélio C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**. Belo Horizonte: 19 (2). p. 227-248, maio-agosto de 2009.

EMBRAPA. Secretaria de Gestão e Estratégia. **V Plano-Diretor da Embrapa**: 2008-20112023. Brasília, DF, Embrapa, 2008. 44 p.

FARIA, José Henrique de. **Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada**: em direção ao rigor conceitual. Curitiba: Cadernos EBAPE.BR, 2017.

FAVARETO, Arilson et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12). disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B2080p/B2080p.pdf>>. Acessado em 20 de nov. de 2019.

FAVARO, Jorge Luiz. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no Território da Cidadania Paraná Centro. Curitiba: [s.n.], 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35905/R%20-%20T%20-%20>

%20JORGE%20LUIZ%20FAVARO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 15 de mai. de 2019.

FREITAS, Alan Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná; FREITAS, Alair Ferreira de. **Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revista Administração Pública, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles et al. **O mundo rural no Brasil do século 21 : a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

GASQUES, José Garcia; NAVARRO, Zander et al. **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1995.

GOMES, Rodrigo. **Governo Bolsonaro suspende financiamento para agricultura familiar**. São Leopoldo: Revista IHU On-Line, 06 de mai. de 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588881-governo-bolsonaro-suspende-financiamento-para-agricultura-familiar>>. Acessado em 13 de mai. de 2019.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CIDADES Marquinho**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marquinho/panorama>>. Acessado em 28 de ago. de 2019.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CIDADES Palmital**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palmital/panorama>>. Acessado em 28 de ago. de 2019.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marquinho/historico>>. Acessado em 10 de out. de 2019.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico município de Marquinho**. [S. l.: s.n.], 2019.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico município de Palmital**. [S. l.: s.n.], 2019.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**. 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_cantuquiriguaçu.pdf>. Acessado em 1 de abr. de 2019.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Portal da transparência**. 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/anuario_2007/index.html>. Acessado em 15 de out. 2019.

KRAJEVSKI, Luis Claudio; THEIS, Ivo Marcos. **Desenvolvimento e acumulação por espoliação**: o caso do território Cantuquiriguaçu – Paraná. [S.I.]: Novos Cadernos NAEA, 2017, v. 20 n. 2 • p. 9-26.

LEI 11326/06 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>>. Acesso em jun. 2019.

LOBÃO, Mario Sérgio Pedroza; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. **Perspectivas sobre o Desenvolvimento Rural Brasileiro**: notas teóricas. Perspectives on the Brazilian Rural Development: theoretical notes Perspectivas sobre el Desarrollo Rural Brasileño: notas teóricas. Curitiba: Revista Paranaense de Desenvolvimento, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas: S.A, 2010.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo**: do Neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/leis-pronaf-saf>>. Acessado em 13 de mai. de 2019.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acessado em 21 de mai. de 2019.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios Rurais - Paraná**. 27 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/publicacoes/territ%C3%B3rios-rurais-paran%C3%A1>>. Acessado em 10 de abr. de 2019.

MEC: Ministério da Educação. **Ideb-apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acesso em nov. 2019.

Ministério da cidadania. **Secretaria especial do desenvolvimento social**. 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acessado em 17 de set. de 2019.

NAVARRO, Zander et al (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível?. Brasília: CGEE, 2013.

NETO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz et al. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. PLAGEDER, 2010.

NEVES, D. P et al. **Agricultura familiar**: quantos ancoradouros!. Geografia Agrária: teoria e poder. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 211-270. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf>. acessado em 13 de out. de 2019.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?**. Porto Alegre: FEE, 2004.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2013.

PIACENTI, Carlos Alberto et al (Org.). **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2016.

PIMENTA, André Luís G. A. **A importância das secretarias de planejamento e gestão estratégica nos governos municipais para gestão por resultados, o caso de Angra dos Reis**. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-29_02.pdf>. Acessado em 11 de jun. de 2019.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/989/1/TD_1794.pdf>. Acessado em 9 de abr. de 2019.

PINTO, Nelson Guilherme Machado; CORONEL, Daniel Arruda. **Degradação Ambiental nos Municípios do Rio Grande do Sul e Relação com os Fatores de Desenvolvimento Rural**. Piracicaba: RESR, 2015.

PLANALTO. **Decreto N° 9.064**. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm>. Acessado em 17 de dez. de 2019.

PLANALTO. **Presidência da Republica Casa Civil**. Brasília, 25 Jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acessado em 13 de mai. de 2019.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PNUD. **IDH**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/search.html?q=idh+palmital>>. Acessado em 12 de set. de 2019.

PORTAL DA TRANSPARENCIA. **Bolsa família**. Disponível em: <<http://portaltransparencia.gov.br/download-de-dados/bolsa-familia-pagamentos>>. Acessado em 29 de out. de 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. [S. I.: s.n.], 1945.

PREFEITURA DE PALMITAL. **História de Palmital**. 2019. Disponível em: <<http://www.palmital.pr.gov.br/carregaPagina.php?p=14>>. Acessado em 10 de out. de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO. **História do município**. 2019. Disponível em: <<http://www.marquinho.pr.gov.br/carregaConteudo.php?p=1>>. Acessado em 10 de out. de 2019.

SANTOS, Cristina Sturmer dos. **Análise do processo de transição agroecológica das famílias agricultoras do Núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia Luta Camponesa**. Laranjeiras do Sul: UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/609/1/SANTOS.pdf>>. Acesso em 16 de jun. 2019.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970**. Curitiba: Revista Geografar, 2010.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. **Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos**. Itabuna: Revista Agrotrópica. 2007. v.19, p.21-30.

SCHNEIDER, Sergio et al. **Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate**. Curitiba: Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias, 2016.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta, revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Moscow, Russia: Revista NERA, 2005.

SIAF: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. **Repasses do governo Estadual aos municípios**. Disponível em:

<<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/4/100?origem=4>>. Acessado em: 12 de set. de 2019.

SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pronaf, 2006**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1653#resultado>>. Acessado em: 12 de nov. de 2019.

SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pronaf, 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6771#resultado>>. Acessado em: 12 de nov. de 2019.

SIEDENBERG, Dieter Rugard et al (org.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

SILVA, Bela Feiman Sapiertein et al. **A importância do planejamento como prática de gestão na microrregião de saúde de São Mateus (ES)**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00183.pdf>>. Acessado em: 11 de junho de 2019.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

STOFFEL, Janete. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na região sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2013.

TALASKA, Alcione; ARANTES, Almir; FARIAS, José Antonio Assumpção. **A delimitação do urbano e do rural no Rio Grande do Sul, Brasil**. Bogotá, Colombia: Cuadernos de Geografía | Revista Colombiana de Geografía, 2009.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Economia: micro e macro**. São Paulo: Atlas S.A, 2001.

VEIGA, José Eli da et al. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégias de Desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VENÂNCIO, Marcelo. **Agricultura familiar: diferentes interpretações e territorialidades**. [S. l.: s.n.]: 2008.